



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CIÊNCIAS SOCIAIS

RUBIA SAMANTA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO
BAIRRO PROGRESSO – ERECHIM/ RS**

ERECHIM
2016

RUBIA SAMANTA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO
PROGRESSO – ERECHIM/ RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau
de Licenciatura em Ciências Sociais da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Me. Clovis Schmitt Souza

**ERECHIM
2016**

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Silva, Rubia Samanta da
A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO PROGRESSO ?
ERECHIM/ RS/ Rubia Samanta da Silva. -- 2016.
95 f.:il.

Orientador: Clovis Schmitt Souza.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências
Socias , Erechim, RS , 2016.

1. . I. Souza, Clovis Schmitt, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RUBIA SAMANTA DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO
SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO
BAIRRO PROGRESSO – ERECHIM/ RS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Me. Clovis Schmitt Souza

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Clovis Schmitt Souza – UFFS – Erechim

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Correa da Silva – UFFS – Erechim

Prof. Dr. Murad Jorge Mussi Vaz – UFFS – Erechim

Dedico ao meu querido amigo Leonardo Luis de Oliveira (in memoriam), pelo incentivo, seu exemplo e ensinamentos em vida. Pela sua força e persistência que me motivaram sempre na condução de meus passos em direção a este objetivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família meu alicerce na vida, aos meus pais Sônia Maria Vieira da Silva e Antônio Waldomiro da Silva que não mediram esforços para que eu alcançasse mais esta conquista. Obrigado pela paciência e carinho dado nos momentos difíceis, de desânimo e cansaço. Mesmo com todas as dificuldades sempre fazendo sacrifícios em prol da minha felicidade.

O que dizer de você mãe? Que sentava para me ouvir falar deste trabalho e mesmo não compreendendo, me ajudava demonstrando acreditar sempre na minha capacidade. E você pai? Sempre estufava o peito para dizer as pessoas que sua filha estava concluindo a faculdade, demonstrando todo o seu orgulho.

Agradeço aos demais membros da família, minha irmã, cunhado, afilhadas e namorado por compreenderem minha ausência nestes dias difíceis e por amenizarem minhas inquietudes com gestos de carinho e amor, tenham a certeza que sempre estarão em meus pensamentos e no coração.

Gostaria de agradecer também a esta universidade e ao corpo docente, que oportunizaram esta conquista. Agradeço em especial ao professor Clovis Schmitt Souza, pela orientação, apoio, preocupação e amizade, minha formação, inclusive pessoal, não seria a mesma sem o seu incentivo.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte dessa trajetória, contribuíram para a realização deste trabalho e para minha formação, deixo aqui meus sinceros agradecimentos!

Não é sobre chegar no topo do mundo
saber que venceu é sobre escalar e sentir
que o caminho te fortaleceu.

Ana Vilela

RESUMO

O espaço intraurbano das cidades é constituído pela presença de bens estruturais e das estruturas de vivências dos moradores no meio urbano. Contudo, a presença dos elementos estruturais não é distribuída de maneira igual entre todos os espaços do tecido social. A partir de tal formação, a lógica de diferenciação e construção dos locais recebe designações como centro e periferia. Desta composição estrutural do meio urbano, um mecanismo de produção de hierarquias sociais é produzido de tal maneira, que o fato do indivíduo residir em uma determinada área projeta sobre si uma imagem social que o percebe como morador com atributos positivos ou negativos conforme os arranjos e negociações verificados localmente. Assim, o presente trabalho tem como objetivo abordar o processo de construção de um tipo de negociação e arranjos sociais no meio urbano verificado na localidade bairro Progresso situado no município gaúcho de Erechim. O bairro tem um histórico de ocupação irregular que, ao longo dos anos, se viu associado com uma imagem de baixo prestígio social. Em grande medida, esta imagem produzida externamente decorre da falta de investimento do poder público e do afluxo de moradores vinculados com atividades marginais. O objetivo do estudo, foi identificar se os moradores produziam diferenciações internas através da formulação de um discurso de oposição a imagem externa; como uma estratégia social de afastamento da imagem negativa e produção de fronteiras plásticas entre seus moradores. A pesquisa utilizou da metodologia qualitativa através da técnica de observação sistemática *in loco*, nos meses de março a setembro de 2016, nos quais, foram observados os locais de sociabilidade dos moradores do bairro. Além disso, foram realizadas entrevistas com moradores para perceber como fronteiras plásticas eram formuladas no processo de vivência local. Dentre as evidências de campo, foi identificado um processo interno de distinção local. O discurso externo produzido sobre o Progresso é reconhecido pelos seus moradores que, como forma de negociar com isso, desenvolvem novas distinções internas expressas, por exemplo, na ideia de “baixidão”, “os lá de baixo” entre outras expressões *êmicas* que denotam um processo de reprodução da lógica urbana de desprestígio. Assim, alguns moradores reconhecidos com certo capital social interno, faziam frente ao discurso externo produzindo um discurso local capaz de formular uma clivagem interna de tal maneira a estabelecer uma hierarquia entre os ocupantes do bairro Progresso. O estudo auxilia na compreensão do processo de estruturação do espaço urbano, no qual estudos a respeito de comunidades periféricas devem ser investigados a partir de um aporte teórico que questione o entendimento das comunidades como sendo homogêneas, visto que a dinâmica de vida interna nos espaços é capaz de originar diferenciações que não se limitam ao objeto investigado, mas oportunizam a verificação de uma gramática social que negocia os significados sociais do local onde se reside.

Palavras-chave: Espaço urbano; hierarquização e diferenciação social; disputas simbólicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I – O MUNICÍPIO DE ERECHIM.....	13
1.1 CONTEXTO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA.....	13
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E A EXPANSÃO URBANA.....	18
1.3 O BAIRRO PROGRESSO.....	21
II – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO.....	29
2.1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO: AS CIDADES INDUSTRIAIS.....	29
2.2 A ESCOLA DE CHICAGO.....	33
3.3 A IMPORTÂNCIA DE CHICAGO.....	36
2.4 ESTUDO DE COMUNIDADE.....	40
2.5 ESPAÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE PODER, HIERARQUIAS E REALIDADE SOCIAL.....	43
2.6 DIMENSÃO ESPACIAL E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA.....	48
III – ESTUDO DE CAMPO.....	52
3.1 O PROGRESSO COMO OBJETO DE ESTUDO.....	52
3.2 METODOLOGIA E PLANEJAMENTO.....	55
3.3 PRIMEIRAS INSERÇÕES.....	59
3.4 AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE.....	62
3.5 A PASTORAL DA CRIANÇA.....	66
3.6 DESDOBRAMENTOS DO CAMPO.....	69
IV – ANÁLISE DE DADOS.....	71
4.1 A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS: O ESTABELECIMENTO DE FRONTEIRAS PLÁSTICAS E A DISPUTA PELA DESIGNAÇÃO “PROGRESSO”.....	73
4.2 <i>ESTABELECIDOS X OUTSIDERS</i> NA CONFIGURAÇÃO DO BOM E MAU PROGRESSO.....	79
4.3 O TRABALHO COMO CATEGORIA SIMBÓLICA DE DISTINÇÃO.....	85
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	94

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é permeado pela produção social de diferenciações que se expressam em termos de tipos de localidade. Desta forma, a cidade é constituída em seu interior, pelo processo de ocupação diferenciada dos bens estruturais de uso coletivo. A partir de tal formação, expressões como centro e periferia tem associado a ideia de lugares dotados por elementos urbanos distintos onde o centro apresenta um maior número de condições estruturais. Em contra partida, áreas identificadas enquanto franjas da cidade, apresentam certa carência desses elementos físicos.

Esta estruturação do meio urbano sendo desigual dá origem a um mecanismo de produção de hierarquias sociais estabelecido de tal maneira, a projetar sobre os sujeitos uma imagem social de acordo com a localidade em que este está inserido. Este mecanismo de produção de hierarquias sociais pressupõe que o lugar de moradia influi na construção da imagem dos sujeitos. Desta forma, a organização social engendrada no processo tem na negociação simbólica um componente de construção social.

Neste sentido o estudo em questão analisará a localidade bairro Progresso de Erechim. O bairro possui uma representação social que o identifica e da mesma forma seus moradores como detentores de um baixo prestígio na cidade. Frente ao discurso produzido externamente que identifica o bairro Progresso como um local associado com atividades ruins, a imagem dos seus moradores recebe grande parte desta noção produzindo neles uma representação social também negativa. Contudo, é possível supor que nem todos os moradores do bairro aceitem passivamente o discurso externo e procurem através de práticas construir discursos internos combativos.

Diante das considerações acima, o trabalho investiga os conflitos internos que podem vir a se estabelecer na comunidade. Sobretudo como a imagem deteriorada produzida com relação aos moradores do bairro Progresso intervém na diferenciação interna dos grupos que compõem a comunidade.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho foi identificar como os moradores do bairro Progresso produzem diferenciações internas como uma estratégia de distanciamento da imagem social produzida externamente que associa ao bairro uma imagem negativa. Além disso, pretendeu-se compreender como a

produção do meio urbano auxilia para a produção social de diferenças que se expressam em termos de tipos de localidade. E como último ponto objetivou-se investigar como são produzidos os discursos de diferenciação interna entre os moradores do bairro Progresso frente ao discurso produzido externamente, considerando eventualmente as possibilidades de aceitação ou negação do discurso.

O estudo em questão é relevante para compreender as contradições existentes no espaço urbano que constitui parte do processo de estruturação da sociedade. Sobretudo, é relevante investigar e compreender como se originam as diferenças sociais inseridas no meio urbano, em geral o estudo visa contribuir com os estudos de comunidades periféricas na medida em que a pesquisa demonstra-se eficaz no entendimento do processo interno de diferenciação que pode ser verificado em outras comunidades com características semelhantes a esta, na cidade de Erechim.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se uma metodologia do tipo qualitativo. Os recursos metodológicos contaram com pesquisa bibliográfica e documental, como forma de sustentação teórica. Outra técnica empregada foi a prática de observação *in loco* que teve um tempo de duração de seis meses realizando-se nos meses de março a setembro de 2016. Nesta etapa foram observados os espaços de sociabilidade dos moradores do bairro como espaços públicos abertos a comunidade e outros locais de caráter privado. Estas observações resultaram na elaboração de um diário de campo como ferramenta de auxílio no registro de percepções e dados. Foram ainda, realizadas entrevistas semiestruturadas elaboradas com perguntas abertas aos moradores, estas ocorreram entre os meses de abril a outubro de 2016.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, apresentando-se no primeiro a história do município de Erechim e o processo de expansão da cidade, além da origem histórica do bairro Progresso. No segundo capítulo é construída a fundamentação teórica e conceitual que sustenta os argumentos de pesquisa e evidencia a importância do estudo em questão. O terceiro capítulo caracteriza o estudo de caso. Nesta etapa é apresentado o Progresso como objeto de estudo, a metodologia de pesquisa utilizada além da descrição das inserções no campo, os meios de acesso utilizados no processo de integração com os moradores e alguns desdobramentos do campo. No capítulo seguinte são apresentados os dados da

pesquisa e as evidências de campo. O quinto e último capítulo é composto pelas considerações finais que retoma alguns pontos do trabalho e expõem as constatações com relação a pesquisa, além dos possíveis avanços a serem investidos em momentos posteriores a realização desta.

I – O MUNICÍPIO DE ERECHIM

1.1 CONTEXTO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA

O município de Erechim localiza-se ao norte do estado do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai a aproximadamente 360 km da capital gaúcha Porto Alegre, e a 40 km de distância da divisa com o estado de Santa Catarina. Com base nos registros históricos do Centro de Ensino Superior de Erechim (C.E.S.E, 1979), a criação do município ocorre em correspondência com uma onda de eventos históricos e políticos que incidiram no plano regional. Em princípio, a região que correspondia ao município de Erechim, concernia ao município do Rio Pardo criado em 1809. Deste período até o ano da criação da “Colônia de Erechim” em 1908, a área passou pela jurisdição de vários municípios como São Luís da Leal Bragança, São Borja, Cruz Alta, Soledade e Passo Fundo. O contexto sobre o qual foi conduzida a criação e ocupação do município era de forte influência positivista, fato histórico que condicionou uma progressão em sua trajetória de desenvolvimento econômico.

A fixação da Rede Ferroviária que ligava o estado do Rio Grande do Sul ao restante do país coexistiu com os planos e interesses do governo do Estado que, com a ocupação das terras, solucionaria as dificuldades encontradas com relação ao abastecimento de cereais. Erechim documentou em sua história a passagem por diversos ciclos produtivos, a associação entre tal diversificação de mercado e o fortalecimento da matriz econômica possibilitou a expansão do território.

Embora se tenha uma precariedade de registros históricos que dissertem sobre os primeiros habitantes da região norte do Rio Grande do sul, é importante ressaltar de acordo com o Centro de Ensino Superior de Erechim (1979), que no princípio, as matas cerradas da região eram habitadas por povos indígenas, além de descendentes de bandeirantes paulistas, caboclos e fugitivos provenientes de diversos Estados.

Com o início do funcionamento do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul, a ocupação do território que, até o momento permanecia isolado, fazia parte dos projetos de interesses para ocupação da área. Desta forma, por volta de 1904 teve início o processo de demarcação das terras de Erechim, tendo em vista, o

planejamento do trajeto da estrada de ferro que interligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo. De acordo com Chiaparini et al. (2012), em 1908, ao ser nomeado chefe da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria de Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves sugeriu ao governador Carlos Barbosa a criação da “colônia Erechim”. Teve início assim, a ocupação da região através da criação de núcleos de colonização que se estabeleciam por toda a extensão da estrada de ferro.

Assim como o governo do Rio Grande do Sul e a República em geral, Carlos Torres Gonçalves professava os princípios da doutrina positivista em suas decisões de âmbito profissional. Diante da evidência de um ideário positivista, a formação do município de Erechim foi desencadeada sob tal orientação política, sobretudo, através dos princípios de ordem e progresso. Neste contexto, era previsto o desenvolvimento da região mediante a organização racional do espaço, a valorização e a utilização adequada do solo.

A ideologia em voga era positivista, da qual os militares e políticos brasileiros que proclamaram a República, em 1889, estavam fortemente influenciados, o que acabou se refletindo no espaço urbano. (CHIAPARINI; *et al.*, 2012, p.34.)

O processo de organização do espaço urbano ocorreu de forma concentrada. Inicialmente, a cidade fora construída sob o mesmo modelo adotado em outras colônias. As casas eram de madeira e existiam alguns estabelecimentos comerciais na região central da cidade e arredores da estação ferroviária. A primeira atividade econômica da cidade era sustentada pelo extrativismo tendo a erva-mate como um dos produtos fundamentais de comercialização, juntamente com outros produtos derivados da agricultura (milho, trigo, linho, soja, etc..) além da criação de animais e as indústrias de extração de madeira. O comércio fornecia querosene, sal, ferramentas, tecidos, louças, tamancos de madeira dentre outros produtos essenciais para a vida na colônia. O serviço de hotelaria era abundante e abrigava imigrantes que chegavam a colônia a procura de lotes para a compra além de viajantes que vinham em busca de produtos.



**Figura 1: Vista parcial de Boa Vista do Erechim na década de 20.
Fonte: Arquivo Histórico de Erechim**

De acordo com Neto (1981), no princípio da colonização as terras eram férteis e as safras eram fartas, cultivavam-se diversos produtos como, milho, feijão, trigo e outros cereais. Por volta de 1910 já existiam indústrias domésticas de diversos ramos desenvolvidas para a subsistência e abastecimento regional destacando a atividade da indústria da erva-mate e da indústria madeireira que representaram uma importante parcela da economia. Essas indústrias se caracterizavam pela fabricação de produtos primários. Entretanto, segundo Chiaparini; et al. (2012), com o fim da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) a economia europeia se estabilizou provocando a queda na procura de artigos agrícolas que eram produzidos no estado. Prevendo uma crise, especialmente no ramo de criação e abate de gado, que se encontrava fragilizado devido aos esforços para modernizar seus métodos de produção, a alternativa era apostar no espaço urbano e no comércio.

No ano de 1931 o governo do estado alterou o projeto da cidade, com exceção da estrutura já consolidada na área central. Devido o desenvolvimento acelerado da cidade era necessário transformar o traçado original, deste modo, foram proibidas construções de novas edificações em madeira. No mesmo ano ocorreram dois incêndios seguidos do terceiro em 1933. Após o terceiro incêndio

criou-se o primeiro código de construções da cidade, o qual estabelecia normas para as novas construções a serem realizadas.

Em consequência dos incêndios e da nova regulamentação urbanística, a paisagem da área central da cidade foi transformada drasticamente em poucos anos. As novas construções, em geral com dois pavimentos (com uso comercial e residencial) foram erigidas junto do alinhamento predial em estilo eclético. (AVER, 2008, p. 77)

Com a criação do código a cidade passou, nos anos seguintes, por transformações radicais. A cidade que até então, através do processo de organização do solo urbano mantinha-se concentrada, começava a expandir seu território. Em 1938 houve uma nova delimitação urbana e suburbana, neste processo, foram excluídos do perímetro urbano cerca de 90 hectares em lotes da região sul da cidade.



Figura 2: Vista parcial da Avenida Maurício Cardoso na década de 40.
Fonte: Arquivo Histórico de Erechim

A partir do ano de 1940, a expansão do município em termos populacionais acelerou ainda mais, devido aos processos de industrialização e comercialização.

Nessa época, houve o fortalecimento da indústria metalmeccânica, se valendo da mão de obra abundante o que favorecia as indústrias locais que emergiam.

Após 50 anos da criação do município, de acordo com Chiaparini (2012), em razão do surgimento de um novo modelo econômico, teve início um movimento vertiginoso de deslocamento da população rural para a cidade. Esta dinâmica não levou em consideração fatores estruturais como a insuficiência de hospitais, escolas, espaços reservados para habitação e demais elementos imprescindíveis para a subsistência dos habitantes.

Até 1950, não havia menor abandonado em Erechim, mas, a partir daí, começaram a ser discutidas questões como onde se construiria o Patronato Agrícola, e surgiram as preocupações sociais. Além disso, essa industrialização vai provocar o êxodo rural, e o impacto foi brutal com o começo da urbanização. (p. 162)

A partir de 1960 o crescimento da cidade, no que tange à expansão territorial, desacelerou, contudo, o fluxo de imigrantes que procuravam a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, persistia. Com a expansão da cidade se mantendo de forma inalterada, os imigrantes que chegavam a Erechim neste período encontravam dificuldades quanto ao acesso habitacional.

A década de 70 foi marcada por diversos acontecimentos, dentre eles Chiaparini et al. (2012) destaca a origem do Centro de Ensino Superior de Erechim (CESE), além da mecanização do campo disponibilizando uma grande parcela de mão de obra para os setores urbanos. No final dos anos 70 emergia uma nova consciência industrial, na qual a tecnologia cumpria um papel fundamental de aliada de técnicos e empreendedores no crescimento como meta.

De acordo com Neto (1981), dentre os anos de 1979 a 1981, a administração atual do município buscou alternativas para solucionar os problemas relacionados a habitação. Foram oferecidas nesta época oportunidades de aquisição da habitação popular a partir de programas de desenvolvimento. Estes programas, tinham como meta, a erradicação de submoradias que até o momento serviam de instalação de uma parcela considerável da população.

No início de 1980, com o surgimento de uma indústria diversificada e moderna que estava em contato e negociação com diversos segmentos e numerosos mercados, houve uma alteração no perfil econômico da cidade até o

momento era voltado para o setor primário. Neste período, o Poder Público Municipal lançou a proposta de uma nova organização geográfica/ ambiental da cidade através do reposicionamento das indústrias locais para uma área a disposição dos empresários.

Entre os anos de 1990 a 1992 o setor habitacional continuava a ser uma adversidade que ansiava por soluções. Desta forma, inicia-se a criação, implementação e ampliação de loteamentos sociais através da Política Municipal de Habitação Social na periferia da cidade. Devido ao crescimento desenfreado da cidade, aponta-se a necessidade de elaboração de um novo plano diretor.

A aprovação do novo plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 1994, aliado aos financiamentos oferecidos pelo governo federal, significaram a quase duplicação da área construída da cidade em apenas uma década. (AVER, 2008, p. 91)

Nos últimos anos Erechim passou por grandes transformações físicas e econômicas. Conforme aponta Aver (2008), a agropecuária que foi a atividade econômica primordial para o desenvolvimento inicial da região passou a concentrar-se em uma parcela específica da população representando apenas uma parte economia da cidade. A atividade econômica diversificou e fortaleceu-se por meio do comércio e da atividade industrial. As transformações sofridas nos setores econômico e tecnológico impulsionaram também o desenvolvimento territorial da cidade que expandiu-se, dando origem ao movimento de pressão habitacional em direção às áreas com baixa densidade, localizadas nas franjas da cidade.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E A EXPANSÃO URBANA.

Os ciclos produtivos do município impulsionaram o desenvolvimento de Erechim que a partir de 1950 vivia sob a égide de um novo modelo econômico. Os altos níveis de desenvolvimento econômico alcançados quando o setor industrial despontou, a partir do fortalecimento de indústrias no município, teve como consequência, segundo Aver (2008), o crescimento do proletariado. Em conformidade com dados da **tabela1** pode se verificar que até o ano de 1950 o setor rural correspondia a aproximadamente 95% da população do município. Entretanto, a industrialização, o processo de urbanização avançado e a emergência de um novo

ciclo econômico no município, atraíram mão de obra para a cidade causando o enfraquecimento do setor rural.

O processo de êxodo rural e a redução da densidade populacional deste setor repercutiram no alargamento populacional urbano. É importante ainda, ressaltar diante dos dados apresentados na **tabela1**, que o processo de desmembramento resultante da criação de novos municípios também contribuiu para as alterações populacionais no período.

**TABELA 1: População Urbana e Rural – Município de Erechim
Anos: 1920 a 1970**

Anos	Urbana	Rural	Total
1920	–	–	39.450
1930	–	–	
1940	7.511	99.524	107.035
1950	14.663	104.866	119.529
1960	29.590	36.382	65.972
1970	33.934	14.743	48.677

Fonte (CESE).

Na tentativa de suprir as dificuldades geradas pelo crescimento no setor habitacional urbano, a cidade estava em constante esforço de expansão de seu território, por meio de diversas ações de ampliação do perímetro. Neste sentido, tanto a oferta de trabalho, quanto a ampliação do perímetro urbano para abrigar a mão de obra apresentavam como condicionantes da redução do território rural e sua população.

Dentro de um cenário de mudanças estruturais interligadas a modernização econômica e tecnológica de Erechim, torna-se evidente o engendramento das contradições do espaço urbano. Tendo em vista, que a organização estrutural da cidade é voltada, também, para investimentos que garantam o desenvolvimento do sistema econômico adotado, é comum observar no planejamento urbano aspectos sociais e ideológicos. David Harvey (2005) em sua obra “A produção capitalista do espaço”, traz considerações importantes que ajudam a pensar no processo de desenvolvimento econômico e histórico de Erechim essencialmente sobre como este teve influência no modo como foi projetando o espaço.

Para Harvey (2005), as inovações tecnológicas dos meios de produção e a consolidação do capitalismo geram consequências uma vez em que o capitalismo

não é linear, sofrendo assim oscilações econômicas. Tais consequências são denominadas “crises” e são compreendidas pelo autor como necessárias para a manutenção e o desenvolvimento do modo capitalista de produção. De acordo com Harvey (2005), as crises presenciadas pelo capitalismo criam a necessidade de um ajuste espacial como uma alternativa de superação da crise inicial. Dentro deste contexto, as transformações físicas territoriais forçadas pelo capitalismo podem gerar conflitos sociais e, até mesmo, o caos. Isto porque, segundo o autor, é na relação estabelecida entre espaço e economia que são verificadas as desigualdades sociais. Sendo assim, a valorização do solo e as atribuições ideológicas dos espaços condicionadas pelo capitalismo impulsionam as contradições existentes no meio urbano.

O planejamento do Município de Erechim esteve, historicamente, voltado para concentração na área central, o que era inevitável, pois, até o ano de 1950, a população mantinha-se fixada em núcleos estabelecidos em torno da estrada de ferro. Assim como proposto por Harvey (2005), o desenvolvimento da cidade e as transformações ocorridas nos setores econômico e tecnológico criaram a necessidade de expansão geográfica do território. A intervenção na forma de organização do espaço acarretou uma composição estrutural diferenciada, reproduzindo a lógica capitalista de maior valorização das áreas centrais em detrimento das áreas mais afastadas. Sendo assim, dentro da lógica do sistema capitalista, a área central da cidade, vista como a mais importante por comportar os espaços de maior prestígio econômico, consolidou-se elevando seu valor. Em contra partida, as áreas oriundas da expansão ou “franjas”, tornaram-se instáveis e pouco valorizadas atribuindo-se a elas uma imagem de baixo prestígio.

Como objeto de investigação teórica deste trabalho, a localidade bairro Progresso situado no município de Erechim é um exemplo desse processo de construção social estabelecida no espaço urbano. Nesse local, verifica-se uma representação social que identifica a localidade e seus moradores como detentores de um baixo prestígio. Devido a fatores históricos, existe uma imagem social a respeito do bairro na cidade, que entende seus ocupantes como possuidores de uma imagem social negativa. Desta forma, é fundamental o resgate histórico da origem da localidade Progresso para entender os supostos fatores pelos quais é concebida tal perspectiva.

1.3 O BAIRRO PROGRESSO

Localizadas na região sul da cidade de Erechim, as margens da BR 153, as áreas que compõem o bairro Progresso eram ocupadas no princípio como pastagens para alimentar o gado. Conforme apontam os registros históricos, por esse motivo, antes de receber a designação Progresso, chamou-se Matadouro, devido a circulação de gado e pelas práticas de abate. Neste período, as condições de vida eram bastante limitadas. Quando haviam casos de doenças graves era chamado o médico do centro da cidade, em casos em que a locomoção era possível, levavam o paciente até a “casa de saúde”. O trajeto para se chegar ao hospital era através de um “carreiro” que passava próximo do local onde atualmente esta localizado o asilo de Erechim. A estrada possuía fama de perigosa devido ao constante fluxo de assaltos.

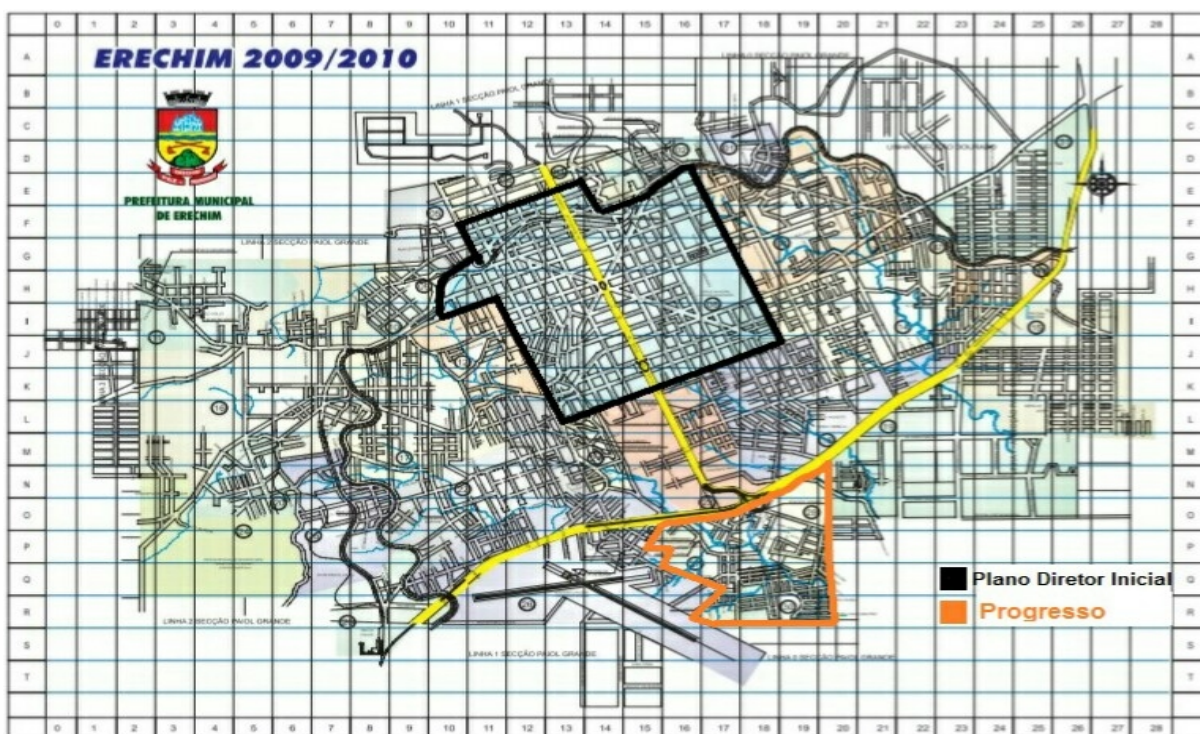


Figura 3: Mapa do Município de Erechim.
Fonte: Prefeitura Municipal de Erechim, 2016.

De acordo com Aver (2008), na atual área que corresponde ao bairro Progresso funcionava ainda nos anos 30 um loteamento popular denominado

“chácara para indigentes”¹. Entretanto, conforme dados obtidos em documentos² acessados no Arquivo Histórico de Erechim, sua origem histórica inicia por volta de 1948. O local era constituído por chácaras tendo na época cerca de cinquenta moradores. Além de possuir apenas dois pontos de acesso, por meio de um “carreiro” e uma “pinguela”³, em seu interior haviam somente duas estradas de circulação.

Em 1970, o bairro começava apresentar mudanças, em alguns pontos já havia energia elétrica mas a vegetação ainda era abundante. Conforme Scolari (2006), no ano de 1980 por meio do projeto PROMORAR implementado pela prefeitura Municipal de Erechim, que consistia na acomodação da população de baixa renda em áreas de valores imobiliários acessíveis, o bairro cresceu aumentando em níveis populacionais.

Em 1980, o Banco Nacional de Habitação, define em nível nacional nova atuação em favelas, através do PROMORAR-Programa de Erradicação da Subabitação. Foi um programa emergencial para agir especialmente nas favelas, mocambos e palafitas, promovendo o financiamento para a aquisição do lote e da casa (unidades muito pequenas, com um cômodo e um banheiro, mas com tendência a crescer, já que os lotes teriam em geral, 70 metros quadrados), a serem pagos num prazo de 25 anos. (p. 114)

O projeto PROMORAR na cidade de Erechim, desempenhou a função de realocação da população de baixa renda em condições precárias de moradia que localizavam-se em uma área denominada “cachorro sentado”, atualmente bairro Bela Vista, para uma região do Progresso reservada ao loteamento instituído pelo programa.

No início de 1980 entrou em funcionamento no bairro o “Centro Social Urbano”, que consistia em uma organização que promovia atividades para grupo de idosos, grupo de mães, e jovens. O centro oferecia também uma área a disposição da população com banheiros, chuveiros, tanques públicos, sala de jogos, quadra de vôlei, cancha de bocha entre outros espaços. Era instituído ainda, junto ao centro, um núcleo do Centro de Bem-Estar do Menor (CEBEM) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Ministério da Saúde que realizava o fornecimento de leite. Por

1 Área criada em decorrência do processo migratório, destinada para abrigar pessoas em condições socioeconômicas precárias.

2 Pesquisa realizada no ano de 1989 pelos alunos da 6ª série da escola Dom Pedro II orientado pela professora de Português Rita C. Remor e pelo professor de História/Geografia Moacir C. Loat.

3 Ponte improvisada construída com troncos de madeira.

volta de 1989 o serviço de arruamento começava a se intensificar, acompanhando o crescimento no número de casas no bairro. Nesta época, já existiam alguns armazéns e bares além de uma igreja católica e uma escola.

Entre os anos de 1979 até 1989 verifica-se um crescimento populacional intenso, associado à grande corrente migratória, principalmente de moradores de cidade menores. A migração era caracterizada pela busca de melhores condições de vida e oportunidade de emprego. Dentre os motivos que levaram a escolha do bairro enquanto local de moradia, estavam os baixos valores de aluguéis comparados ao centro da cidade ou bairros próximos a ele, contribuindo para que o Progresso se transformasse numa área de ocupação já consolidada.



Figura4: Imagem Parcial do Bairro Progresso, anos 90
Fonte: Arquivo Histórico de Erechim.

As primeiras informações com relação a população do bairro Progresso no banco de dados do IBGE, foram geradas a partir da realização do Censo 2010. Conforme os dados do instituto, apresentados na **tabela 2**, a população do bairro até este ano era de 3.716 habitantes. Quanto às condições de moradias, observa-se que o bairro apresentava uma alta densidade ocupacional visto que possuía 1.145 domicílios, sendo aproximadamente 94.5% ocupados restando um percentual de 5.5% vagos. Ainda com base nos dados, com relação ao número de moradores e o

grau de ocupação dos domicílios permanentes, observa-se, que a média de moradores por domicílio era neste período de 3,4 em média.

Atualmente não existem dados atualizados quanto à população do bairro. Contudo, com base na contagem⁴ realizada pelas equipes de agentes de saúde da UBS-Progresso, estima-se que o número de moradores no bairro em 2016 ultrapasse 15.000 habitantes.

TABELA 2 – NÚMERO DE MORADORES E CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

Domicílios	
Domicílios Particulares Permanentes	1.145
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	1.082
População Residente	3.716
Proporção de domicílios ocupados	94.5%
Proporção de domicílios não Ocupados	5.5%

Fonte: (IBGE, 2010)

A ocupação do bairro Progresso foi desenvolvida sob uma área com características impróprias para habitação, caracterizada por elevada declividade constituída por um relevo com morros ao longo de cursos de água. Por conta da presença de uma topografia desfavorável associada ao movimento de ocupações irregulares, a região está fadada a ocorrência de todo tipo de infortúnios.

Em locais com configurações como a do Progresso, problemas estruturais associados aos fatores de influência climática, agravam as probabilidades de se repetirem episódios de desastres. No bairro, observa-se um conjunto de problemas estruturais em pontos específicos. Nestes locais, é comum verificar-se a carência de arruamento, a falta de saneamento básico, casas com baixa infraestrutura e em condições precárias. Neste cenário, a construção das moradias, muitas vezes, é realizada em taludes⁵ argilosos que constituem plataformas de escorregamento, o que revela um histórico de acidentes ambientais. Desastres hidrológicos que segundo Peretti (2013), são caracterizados por circunstâncias de inundações e enxurradas, também são averiguados no bairro. Estes fenômenos conforme a autora estão associados a presença de canais de drenagem e cursos de água que

4 A contagem é realizada objetivando o controle interno de famílias e pessoas cadastradas no sistema de saúde. São três equipes (Verde, Amarela e Azul) compostas por cinco agentes em cada e uma enfermeira que coordena a equipe.

5 Encostas, morros ou barrancos. São terrenos que apresentam declive.

deflagrados por um determinado período de chuvas com longa duração acaba por transbordar extravasando para áreas próximas a margem.

O bairro Progresso é atravessado pelo Rio Tigre que embora tenha sido canalizado em sua grande proporção, nas áreas que permanecem abertas, o acúmulo de resíduos nas margens e no leito continua a ser um problema. Diversas ações foram tomadas com o intuito de restituir o rio, contudo, o problema com os resíduos é uma constante. Relatos de moradores indicam que a coleta de lixo no bairro é precária, em alguns pontos são percebidos acúmulo de detritos. Desta forma, os alagamentos ou acúmulo de água nas ruas, causados pelo extravasamento do arroio Tigre, são reflexos das fortes precipitações pluviométricas assimilados a deficiências e insuficiências estruturais. A partir da evidência de registros de alagamentos e deslizamento de terra, anunciado pelos meios de comunicação local, denota-se a presença de áreas de risco na região, conforme reitera Peretti (2013):

Cabe ressaltar que o bairro Progresso devido a sua conformação geomorfológica com porções mais elevadas e outras mais baixas associadas a planície de inundação do arroio Tigre, foi palco da grande maioria dos eventos causadores de desastres no município de Erechim. Isto se deve também a sua elevada densidade populacional e vulnerabilidade social de seus moradores onde o padrão construtivo das residências comumente é baixo e muitas habitações se encontram em área de risco de escorregamentos e enchentes. (p.72)

O Progresso passa por um processo constante de ocupação desde sua origem, destacando que somente em 1995 passou a ser reconhecido oficialmente pelo decreto da Lei Municipal n.º 2.749⁶ como bairro do perímetro urbano de Erechim. Dentro da perspectiva de que o desenvolvimento estrutural do espaço urbano não ocorre de forma harmoniosa, a construção do Progresso resulta basicamente de duas naturezas distintas identificadas em diferentes períodos de ocupação. No decorrer do processo histórico de formação do bairro, observa-se que em alguns momentos a apropriação do espaço ocorreu de forma organizada por meio da intervenção do Poder Público a partir da criação de loteamentos sociais como o PROMORAR. Em contrapartida, o resgate histórico realizado, permite identificar os distintos processos de ocupação de caráter mais espontâneo. Neste

⁶ O então prefeito, Antonio Dexheimer, no uso de atribuições conferidas pelo Artigo 64, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, sancionou e promulgou a Lei que dá a denominação de bairro Progresso à área do perímetro urbano do município de Erechim.

sentido, este tipo de ocupação assimétrica é ilustrada através da existência de aspectos estruturais insatisfatórios como os retratados anteriormente.

Ao passo que é percebida a presença de áreas fragilizadas estruturalmente e por conseguinte economicamente, identifica-se da mesma forma, a presença de uma faixa central consolidada no bairro. Este local apresenta um conjunto de elementos estruturais diferenciados que confere melhores condições aos que ali se encontram estabelecidos. Nesta área, as moradias possuem infraestrutura de maior qualidade, comparadas com outras situadas em locais de ocupação irregular. Além disso, os moradores desfrutam de um acesso mais facilitado a saúde, educação e transporte.

O bairro conta atualmente com escola, Unidade Básica de Saúde (UBS), asfaltamento nas ruas principais de circulação do transporte coletivo. Outro fator a ser destacado são as iniciativas de caráter social conquistadas através de líderes comunitários, identificadas no decorrer da pesquisa. Neste sentido, é importante ressaltar a construção do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), localizado atualmente na área que corresponde à sinalização em destaque na **Figura4** abaixo.



**Figura 5: Vista aérea do bairro Progresso de Erechim, ano, 2007.
Fonte: Arquivo Histórico Erechim.**

O Centro é o primeiro inaugurado no Rio Grande do Sul e o terceiro em funcionamento em todo o Brasil. O CEU tem uma área de cerca de 6.000 m², e oferece espaços como sala de informática e estudos, biblioteca, cine teatro, auditório, quadra coberta, pista de skate e de caminhada, playground, academia ao ar livre e um campo de futebol.

Outro projeto de caráter social identificado no bairro é a Associação de Recicladores Cidadão Amigos da Natureza (ARCAN), fundada no ano de 2001. É uma organização não governamental autônoma que visa oferecer as famílias mais carentes a possibilidade de inclusão social através da qualificação e desenvolvimento do trabalho. Através da autogestão, a associação realiza a divisão das despesas como luz e água em partes iguais, e no que se refere ao lucro, a distribuição é realizada conforme o rendimento de cada associado. Dentre os associados estão catadores independentes que encontraram na associação, uma oportunidade de render maior valorização ao produto de seu trabalho.

A Pastoral da Criança⁷ também atua na área de assistência social, é coordenada por líderes das oito “comunidades” que constituem o Progresso e conta com o apoio de representantes da Caritás de Erechim⁸. São realizadas duas reuniões mensais para a realização de planejamento, organização e distribuição das doações de alimentos às famílias carentes com crianças de 0 a 6 anos de idade. Durante o ato de pesagem, realizado na casa das líderes, são distribuídos os alimentos proporcionalmente pelo número de crianças cadastradas por famílias. É importante ressaltar que embora a adesão ao projeto seja em maior número por parte das famílias carentes do bairro, a Pastoral atende toda e qualquer criança dentro da idade estipulada, independente de questões econômicas, sociais e culturais, basta realizar o cadastramento.

A Pastoral da Saúde, é composta por um grupo de voluntários que atuam na fabricação de xaropes e outros medicamentos com propriedades medicinais naturais que posteriormente são comercializados, por valores acessíveis, a população interna e externa do bairro.

Outro projeto importante é a Obra assistencial Santa Marta fundada em 1985 em Erechim (RS) pela Congregação Religiosa das Irmãs Filhas da Caridade de São

7 A Pastoral da Criança, é um Organismo de Ação Social da Conferência Nacional do Bispos do Brasil(CNBB). |Fundada em 1983, atua em comunidades carentes promovendo ações de acesso a direitos sociais básicos. O trabalho conta com lideranças que controlam indicadores constados no caderno de Líder e nas Folhas de Acompanhamento das Ações Básicas de Saúde (FABS).

8 Entidade social que atua em prol dos direitos humanos.

Vicente de Paulo. É uma instituição civil de direitos privados, sem fins lucrativos, administrada e coordenada atualmente por pessoas da comunidade de Erechim. A obra oferece atendimento socioeducativo e familiar envolvendo em suas atividades crianças, adolescentes e suas famílias.

O projeto conta com o apoio de profissionais das áreas da educação, psicologia, assistência social, além da parceria com a Secretaria Municipal de Educação, empresas e outros agentes. Através das ações são possibilitadas oportunidades como no caso do projeto Jovem Aprendiz que faz parte do desenvolvimento de um trabalho de caráter social de inclusão e transformação.

A quantidade de projetos de caráter social desenvolvidos demonstram a prevalência da vulnerabilidade socioeconômica identificada no Progresso. O bairro se apresenta incorporado no processo de expansão econômica e geográfica do município como resultado de uma acelerada urbanização e industrialização. Este movimento de transição econômica em consonância com a mobilidade espacial da estrutura urbana trouxe elementos característicos deste tipo de dinâmica, como o crescimento urbano desalinhado, a reprodução de loteamentos de caráter extrajurídicos e outras problemáticas de significância social: a representação da localidade como possuidora de uma imagem de baixo prestígio.

Neste sentido, é apresentado a seguir um resgate teórico sobre estudos da construção social estabelecida em meio as contradições existentes no espaço urbano, para compreender como se originam os processos de diferenciação social resultantes de todo este processo.

II – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NO MEIO URBANO

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO: AS CIDADES INDUSTRIAIS

A revolução industrial foi um marco histórico nas transformações ocorridas no desenvolvimento das cidades. Caracterizando-se como um processo que modificou o alinhamento não somente do ramo industrial, como também, da agricultura, do transporte e da comunicação. A revolução que favoreceu o aperfeiçoamento das forças produtivas proporcionou conseqüentemente o avanço econômico e social. De acordo com o filósofo e economista Adam Smith (1723-1790), o desenvolvimento industrial iniciou em um movimento identificado antes mesmo da criação da máquina a vapor. Como Smith, Fernando Chueca Goitia (2008) reitera que o processo de divisão do trabalho, aperfeiçoou de forma quantitativa e qualitativa a força produtiva através do desenvolvimento de práticas e aptidões.

A divisão do trabalho não só permitiu este desenvolvimento quantitativo, mas deu também origem ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas, visto que o mesmo homem ocupado constantemente, as vezes, a vida inteira, a executar uma mesma operação mecânica, acabava por descobrir a maneira de facilitar mediante novos dispositivos ou melhorias substanciais da maquinaria existente. (p.145)

De acordo com o autor, os avanços alcançados nos meios de transporte, na mecanização do trabalho e no processo de obtenção de energia fomentaram o crescimento das cidades industriais e dos grandes centros fabris.

Inicialmente as fábricas estavam espalhadas em diferentes pontos de localização, entretanto, com o surgimento da máquina a vapor, mais do que possível, tornou necessária, a concentração industrial em áreas específicas. Com o objetivo de desfrutar de uma gama de trabalhadores que suprissem a grande demanda de produção, as indústrias instalavam-se nas proximidades de núcleos habitacionais com alta densidade populacional. O novo sistema de produção em massa assimilado ao capitalismo emergente demandava mão de obra barata e, tendo em vista que nos primeiros anos de industrialização, a força de trabalho era considerada uma mercadoria, as condições de contratação deveriam regularmente, favorecer o contratante. Para tanto, optava-se por contratar aqueles que necessitavam do trabalho por viverem em condições de miséria.

Segundo Goitia (2008), tal movimento de expansão das cidades por meio da consolidação do capitalismo como um dos efeitos da Revolução industrial afetou o desenvolvimento urbano de cidades que não haviam sido planejadas e pensadas através desta lógica de crescimento. “A violenta apropriação do espaço levada a cabo pela indústria constituiu uma verdadeira catástrofe para a estrutura urbana.”(p.149). Com o crescimento dos novos centros fabris, construíram-se os chamados bairros operários na intenção de abrigar a mão de obra utilizada nas fábricas da cidade industrial. Estes lugares, apresentavam condições de vida sub-humanas, e de acordo com o autor, bairros com configurações semelhantes a esta se espalharam por diferentes países, tendo em vista a alta concentração operária residente, era evidente a eclosão de um cataclismo social.

Desta forma, conforme descreve o autor, a possibilidade de uma revolução social semelhante a cogitada por Karl Marx, amedrontava uma parcela específica do corpo social. No entanto, quando supridas parte das reivindicações por melhores condições estruturais e de subsistência, as circunstâncias de sobrevivência nestes lugares, tornaram-se razoáveis fazendo com que este temor se dissipasse.

O crescimento desenfreado das cidades industriais atraiu investidores envolvidos com a venda de terrenos, neste sentido, lavouras passaram a ser comercializadas como terrenos para habitação. Este movimento foi responsável em grande escala pela origem de uma configuração inorgânica de cidade. Além disso, a avidez dos investidores provocou mais do que aborrecimentos ao urbanismo, uma das consequências foi a construção de uma cidade burguesa liberal inserida em um cenário de contradição. O paradoxo era evidenciado pela existência de uma dicotomia entre os princípios de progresso e igualdade de direitos aclamados e, uma postura despótica, característica da sociedade burguesa conforme adverte Goitia (2008):

Ao lado da cidade industrial, levanta-se, orgulhosa, a cidade da burguesia liberal, desejosa de pôr em evidência, o poder e os conhecimentos esclarecidos de uma classe dominante. Poderia dizer-se que a árvore frondosa das mais belas estruturas urbanas burguesas mergulhava as suas raízes nas zonas subterrâneas e turvas dos slums, dos pavorosos subúrbios industriais onde se amontoávamos trabalhadores. Daquelas trevas, como se viessem das profundezas da terra, vinha a seiva que logo frutificava em grandes avenidas resplandecentes de luz, praças ornamentadas com monumentos aos grandes líderes do progresso, grandiosos edifícios representativos, palacetes e zonas residenciais que respiravam desafogo e distanciamento. (p.159)

A inconsistência da formação do tecido urbano devido as ampliações territoriais e o processo de urbanização contínuo fomentaram o surgimento das especulações comerciais. Frente a isto, este movimento teve como principal consequência distúrbios funcionais que acarretam diretamente no estreitamento das condições da vida cívica.

A construção das cidades é um processo atemporal visto que a cada dia ocorrem intervenções que modificam este espaço disforme, caracterizado nas palavras de Goitia (2008), como um lugar que “se constrói e ao mesmo tempo, se destrói”. Contudo, o autor pressupõe que tais “destruições”, devem desempenhar inteligivelmente uma função de readaptação às exigências da nova estrutura que se apresenta frente ao desenvolvimento acelerado deste espaço.

Segundo o autor, a capacidade de mutabilidade de uma cidade faz com que as modificações sofridas por ela, sejam ao mesmo tempo, físicas e sociais. Em alguns casos, as mudanças sociais precedem as físicas, como no caso de bairros que em certo período de sua história assumiam uma determinada posição dentro de uma classificação hierárquica, e em decorrência de uma dinâmica desenvolvida por diferentes naturezas, transforma-se, exibindo assim, outra composição que o afasta de seu posicionamento inicial ou vice-versa.

Conforme suscita Goitia (2008), tais fenômenos ganharam ênfase a partir de estudos baseados em uma perspectiva de Ecologia Urbana. O conceito de Ecologia em seu sentido propriamente original é identificado dentro da biologia e, consiste no estudo de seres vivos, suas relações entre si e com o meio ambiente. Através de um processo de concorrência e seleção é verificada a maneira com que as formas de vida na natureza se organizam rigorosamente. A ecologia urbana neste sentido, busca estudar o homem e sua organização em determinados grupos sociais distribuídos no espaço urbano, da mesma forma, que a biologia analisa o movimento da estrutura ecológica. Os processos ecológicos segundo o autor, contribuem significativamente para explicar as transformações provocadas na estrutura social que ecoa, por fim, nas intervenções do espaço.

De acordo com Anthony Giddens (2005), os séculos XVIII e XIX foram momentos importantes na história de formação e surgimento da sociologia. Neste período houve a intensificação das transformações políticas, econômicas, e

culturais. Buscando uma nova compreensão de mundo que superasse as explicações tradicionais religiosas por um conhecimento racional e crítico, constituiu-se uma abordagem científica ocasionando uma mudança em tal forma de compreensão. Neste sentido, percebendo o movimento do processo de industrialização, o avanço do capitalismo e a formação de uma preocupação com estas transformações físicas e sociais do tecido urbano, na Europa no século XIX com o surgimento da Sociologia como disciplina científica, constituiu-se um modelo de pesquisa voltado para a análise das mudanças urbanas.

Como a física, a química, a biologia e outras disciplinas, a sociologia surgiu como parte desse importante processo intelectual. O cenário que dá origem à sociologia foi a série de mudanças radicais introduzidas pelas “duas grandes revoluções” da Europa dos séculos XVIII e XIX. Esses eventos transformadores mudaram irreversivelmente o modo de vida que os humanos haviam mantido por milhares de anos. (p. 27)

O pensamento sociológico inicial transformou as realidades existentes no século XVIII em objetos de estudo da sociologia, dentre os temas destacam-se as questões sociais diversas surgidas com a Revolução Industrial também considerada objeto de estudo. Assim o pensamento sociológico clássico de autores como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber era voltado para análise da estrutura social e seu funcionamento nas sociedades industriais modernas. Marx analisou as transformações sociais como um reflexo do desenvolvimento do capitalismo que posteriormente foi evidenciado por ele, como um sistema no qual as relações de classe são orientadas pelo conflito. De acordo com o autor, mesmo existindo uma relação de dependência entre as classes, no que se refere aos que detêm capital necessitam de mão de obra e os trabalhadores precisarem de salários, tal dependência não seria algo proporcional existindo assim, um ato de exploração entre as classes. Émile Durkheim desenvolveu estudos com relação a vida social articulando variados temas como: religiosidade, desvio comportamental, suicídio, trabalho, dentre outros enfatizando as relações modernas que emergiam nas sociedades com configurações denominadas por ele “orgânicas”. Max Weber por sua vez, demonstrou interesses em estudos de várias áreas ressaltando o desenvolvimento do capitalismo moderno atrelado as formas de organização social tomando por base as sociedades industriais modernas.

Embora os principais pensadores da sociologia tenham dedicado suas análises as mudanças sociais que estavam acontecendo, o urbano ainda era percebido por estes apenas como o espaço no qual as relações capitalistas eram desenvolvidas. O espaço urbano no pensamento sociológico clássico era considerado um ambiente físico onde acontece a construção da sociedade. Neste sentido, esse era o local que comportava os fenômenos classificados como objetos de estudo na Sociologia. Isto é, em resumo a uma vasta diversidade de fenômenos, identificam-se o comportamento dos seres sociais e as relações estabelecidas entre eles.

Entretanto por volta de 1920 as cidades, caracterizadas pela estrutura física, se configurariam como objeto de estudo específico da sociologia com ênfase na questão ecológica voltada para o desenvolvimento das cidades conforme será exposto seguir.

2.2 A ESCOLA DE CHICAGO

Com a criação da Escola de Chicago em 1892 através do subsídio da Fundação Rockefeller, o espaço urbano passa a ser concebido como um objeto de estudo específico da sociologia. A criação da Escola de Chicago revela a grande preocupação com os problemas sociais surgidos na cidade de Chicago. De acordo com Gilberto Velho (2005), o motivo de tais preocupações, era o questionamento de como constituir uma sociedade democrática em uma cidade com a disposição de Chicago.

Chicago era uma cidade com uma grande diversidade étnica, linguística e cultural. De acordo com Velho (2005), os fundadores da Escola de Chicago, especialmente na área das Ciências Sociais, estavam envolvidos com a resolução de problemas concretos. A cidade de Chicago era rodeada por problemas sociais distintos, como a questão da assimilação e adaptação por parte dos imigrantes, patologias sociais como a delinquência juvenil e a criminalidade, além de um conjunto diversificado de valores e crenças.

A importância da Escola de Chicago e suas gerações de pesquisadores esta, no desenvolvimento de uma metodologia capaz de compreender fenômenos sociais através de uma abordagem empírica do conhecimento prático. De acordo com Alain Coulon (1995), a concepção compartilhada por Howard Becker (1928) de que seria

necessário compreender efeitos do campo sob o ponto de vista do agente, demandava técnicas de pesquisa de campo muito específicas que eram incorporadas a uma *sociologia qualitativa*.

Desta forma, conforme Coulon (1995), essas técnicas compreendiam uma série de elementos que integram o trabalho de campo ou *estudo de caso* como chamavam os pesquisadores de Chicago. Assim técnicas como observação, entrevistas, etnografias, pesquisa documental entre outros, compunham o conjunto de métodos utilizados no desenvolvimento de pesquisas realizadas em Chicago, voltadas para uma concepção de estudos de comunidade.

Segundo Giddens (2005), ainda nos anos 1920, pesquisadores como Robert Park (1864-1944) e Ernest Burgess (1886-1966) enfatizaram em seus estudos a questão ecológica voltada para o desenvolvimento da cidade. A formação das cidades é um processo vivo e, de acordo com Park (1952), ela se estabelece através de uma seleção de indivíduos julgados mais aptos para habitar uma determinada região. O modo de organização de uma cidade envolve técnicas de competição, sucessão e invasão, identificados na ecologia biológica.

Se repararmos na ecologia de um lago no seu estado natural, vemos que a competição entre as várias espécies de peixes, insectos e outros organismos se faz de forma a alcançar um equilíbrio estável entre eles. Este equilíbrio é perturbado quando há uma 'invasão' de novas espécies, que tentam fazer do lago o seu lar. Alguns dos organismos, que costumavam proliferar na área central do lago são afastados para as margens, onde levam uma existência precária. As espécies invasoras tomam o seu lugar na parte central do lago. (GIDDENS, p. 576)

Assim o desenvolvimento do tecido urbano opera de forma semelhante e, de acordo com o autor, localidades como bairros, por exemplo, do mesmo modo se diferenciam em suas formas estruturais e sociais, de acordo com a acomodação e traços de seus habitantes.

Burgess (1886-1966) divide a cidade em áreas circulares compostas pelo mesmo núcleo na teoria das *zonas concêntricas*, na qual se enquadram os processos de invasão e sucessão. Nesta perspectiva, os processos ecológicos da vida se ordenam conforme a adaptação a determinados ambientes. Esse processo de acordo com Maura Pardini Vêras (2000), faz com que a cidade se organize de forma natural, moldando-se em zonas distintas: “áreas centrais, intermediárias e periféricas. Estas se diferenciam por características diversas – concentração de

negócios, áreas residenciais, subúrbios de classe operária.”(p.28). Comparar o desenvolvimento da estrutura urbana, sob o ponto de vista ecológico, torna perceptível o fato de que a rápida mobilidade de formação das cidades, esta associada à constante luta por adaptação social ao espaço.

a cidade aparece quase como “máquina de filtrar” e discriminar os membros da população. Aqueles mais preparados para viver em determinada região irão segregar-se, mediante processos de competição, invasão e sucessão, comparáveis aos que ocorrem biologicamente. (VÉRAS, 2000, p.28).

Neste sentido, a cidade pode ser interpretada segundo Giddens (2005) “como um mapa de áreas com características sociais distintas e que contrastam entre si.”(p.576). O autor expõe ainda que, analisando historicamente a formação das cidades industriais modernas, é possível identificar como se constituem os processos de invasão e sucessão. Inicialmente as fábricas instalaram-se em locais peculiares na existência de matéria-prima e mão de obra, então, a população acompanhava o movimento das indústrias estabelecendo-se aos arredores de onde concentrava a sua fonte de trabalho. Conforme o número de habitantes aumenta, percebe-se o aparecimento de uma população heterogênea. Quando a modernização urbana, torna a área central mais atrativa, inicia-se o processo de competição pelo seu monopólio, através da valorização deste espaço, no qual, se manterá aquele que tiver maior poder aquisitivo. Ainda no que se refere a teoria das zonas concêntricas, Giddens (2005), explica:

à medida em que se deterioram os edifícios na área central ou próximo do centro, os grupos étnicos minoritários poderão começar a ocupá-los. Quando isto acontece, a população preexistente começa a mudar-se, precipitando uma deslocação em massa para outros bairros ou subúrbios da cidade. (GIDDENS, p. 576)

A abordagem *ecológica* conforme Giddens (2005), influenciou em uma grande quantidade de investigações empíricas. Foram vários os estudos sobre cidades e bairros específicos. Veras (2000) reitera que a Escola de Chicago dominando as concepções com relação aos debates urbanos, é compreendida claramente como uma das referências na formação da Sociologia urbana como área do conhecimento.

De acordo com Coulon (1995), os métodos qualitativos de conhecimento prático direto como as pesquisas de campo, por exemplo, desenvolvidas pela Escola de Chicago, representaram uma significativa mudança na prática de pesquisa, tendo grande influência dentro da sociologia americana após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Sendo assim, temas de pesquisa da Escola de Chicago como: a delinquência e criminalidade foram focos de estudos abordados por vários autores. Entre os influenciados pela Escola de Chicago, vale ressaltar, o caso da pesquisa realizada por William Foote Whyte pela universidade de Harvard em 1936, conforme analisaremos a seguir.

3.3 A IMPORTÂNCIA DE CHICAGO

No ano de 1943 foi lançado o livro “Sociedade de Esquina” de William Foote Whyte (1914-2000) a obra consistia em um relato da realização de sua pesquisa, seus métodos de estudo desenvolvidos e conclusões obtidas. Whyte, através da obtenção de uma bolsa de estudos na Universidade de Harvard desenvolveu o trabalho de pesquisa na intenção de adquirir o título de pós-graduação, mais especificamente doutorado. A pesquisa consistiu em uma trabalho de campo sobre Cornerville, comunidade localizada em Eastern City na North End (Little Italy) de Boston. A região era composta por famílias de imigrantes italianos pobres invisíveis aos olhos do poder público e, considerada problemática pela sociedade de Boston em geral.

Conforme relata Whyte, com relação a escolha de seu objeto de estudo, possuía uma vaga noção sobre o que gostaria de estudar “uma área pobre e degradada.” (p.287). Desta forma, começou a pesquisar as áreas de Eastern City com tais configurações, neste período consultou agências sociais para auxiliar na procura. A escolha acabou sendo deliberada por um viés nada científico como afirma o próprio pesquisador, ao imaginar um distrito pobre e degradado se isto “significava superpopulação, Cornerville certamente era um.” (p.287).

Ao descobrir Cornerville, Whyte decidiu realizar um estudo de comunidade relatando que a preocupação com áreas como esta foram discutidas dentro da literatura sociológica mas, conforme suas leituras, não haviam estudos de caso sobre elas.

De acordo com o antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2005), no intuito de se familiarizar com os métodos de pesquisa de campo, Whyte participou de um curso sobre estudos sociais antropológicos de comunidades, no qual compreendeu a importância de observar as pessoas em ação assim como relatar comportamentos em suas anotações.

Inicialmente era difícil para Whyte observar questões voltadas para a sociologia ou antropologia, tendo em vista sua formação em economia. Em seus primeiros esforços relata que, em um movimento inicial, batia de porta em porta e conversava com moradores sobre a condição das habitações. De acordo com o pesquisador, apesar de estar em contato com os moradores de Cornerville, sentia-se desconfortável com tal situação.

Naquela época eu assistia a um curso sobre favelas e habitação no Departamento de Sociologia de Harvard. Como trabalho final, fiz um estudo sobre um quarteirão em Cornerville. Para legitimar esse esforço, entrei em contato com uma agência privada que tratava de questões de moradia e me ofereci para passar para eles os resultados de meu *survey*. Com esse apoio, comecei a bater às portas, a olhar para dentro de apartamentos e a conversar com os moradores sobre as condições de habitação. Isso me pôs em contato com as pessoas de Cornerville, mas seria difícil imaginar agora um modo mais inadequado de dar início a um estudo como o que eu acabaria por fazer. Sentia-me muito desconfortável com essa intromissão, e tenho certeza de que as pessoas também. (WHYTE, p.291).

A partir de um novo movimento estratégico, Whyte buscou um contato mais intenso com as pessoas da comunidade nos espaços de sociabilidade o que de fato não resolveu seu problema. Em uma análise mais intensa das possibilidades de acesso ao distrito, Whyte optou por centros comunitários onde podia circular livremente. Nesses locais sentia-se menos desconfortável, pois eram operados por pessoas de classe média em condições próximas a sua.

Whyte logo percebeu que para estudar Cornerville não bastariam as experiências adquiridas com o centro comunitário. Contudo, o centro comunitário apesar de visto como um local pouco promissor para Whyte foi fundamental para o desenvolvimento de sua pesquisa, pois foi ali que conheceu Doc seu informante *privilegiado*.

Tendo como um problema seu deslocamento até Cornerville, Whyte optou por se fixar ali, assim não seria mais um estranho para a comunidade e estabeleceria relações mais próximas encaixando-se nas atividades locais. Assim, conseguiu um

quarto com uma família por intermédio de um editor de jornal e seu conhecido. O lugar comportava um restaurante da região, o espaço era simples, mas seria adequado enquanto uma base física. Além disso, estar em contato diário com a família auxiliaria na aprendizagem e desenvolvimento da linguagem visto que, aquela era uma comunidade italiana.

Doc fora para Whyte crucial no que se refere a inserção em Cornerville e o desenvolvimento de sua pesquisa. O pesquisador relata que logo descobriu a importância de acompanhar alguém como Doc considerado uma liderança dentro do grupo que analisava. O fato de estar com Doc dispensava explicações e informações completas de seu estudo a pessoas comuns da comunidade como os outros rapazes da esquina.

Com relação aos métodos de entrevista Whyte afirma que poucas foram as conversas formais que realizou pois, em sua estadia em Cornerville buscou coletar os dados necessários a pesquisa nas interações com as pessoas da comunidade, adotando uma postura mais ativa nas atividades locais. Tal atitude foi incentivada por Doc e fez com que o pesquisador repensasse seus métodos de abordagem:

Doc explicou a lição da noite anterior. “Vá devagar, Bill, com essa coisa de ' quem ', ' o quê ', ' quando ', ' onde '. Você pergunta essas coisas e as pessoas se fecharão em copas. Se te aceitam, basta que você fique por perto, e saberá as respostas a longo prazo, sem nem mesmo ter que fazer as perguntas. (WHYTE, p.303)

Com o passar do tempo Whyte não era mais reconhecido como um estranho, em seus relatos, afirmava achar a vida local interessante e compensadora. Na medida em que foi aceito pela comunidade Whyte encontrava-se cada vez mais imerso na vida local. Neste período preocupava-se com a rigorosidade científica de seu trabalho por um lado identificando o valor da apropriação das práticas e da vivência local mas, por outro questionando a legitimidade de suas ações enquanto um meio prático de coletar dados importantes para a pesquisa.

Em suas conclusões com relação a pesquisa desenvolvida na comunidade de Cornerville, Whyte ressalta que a realidade era oposta ao que a sociedade de Boston em geral pensava sobre o local. O distrito de uma forma particular era bem organizado socialmente sob o ponto de vista das pessoas que lá viviam:

Elas concebem a sociedade como uma organização hierárquica de partes intimamente entremeadas, na qual são definidas e reconhecidas as posições das pessoas e suas obrigações mútuas. Essa perspectiva inclui não apenas o universo de Cornerville, mas também o mundo do supranatural. O quadro fica claro quando se observa a maneira como as pessoas representam simbolicamente seu mundo para si mesmas.(WHYTE, p.273)

O pesquisador expõe ainda que, com relação a hierarquia social identificada, os próprios moradores de Cornerville se referiam a sua constituição de sociedade como uma organização, a qual era composta por “pessoas graúdas e miúdas – com intermediários que servem de ponte entre elas.” (p.275). Desta forma, de acordo com o pesquisador, esse processo produzido nas relações pessoais se fundamentam em um sistema de obrigações recíprocas sendo verificado em todas as instituições de Cornerville.

Para Whyte o problema de Cornerville não está na organização de sua estrutura interna e sim, na organização necessária para estabelecer conexões com estruturas sociais externas a localidade. Assim a mobilidade social dentro deste contexto é condicionada a duas ações: “no mundo dos negócios e da política republicana, ou no mundo da política democrata e dos gângsteres. (p.277). Em Cornerville escolher a primeira opção apresenta ganhos na sociedade externa, porém, dentro do distrito as pessoas não o reconhecem mais. Quanto a segunda alternativa, há a perda de mobilidade para além da estrutura interna mas, ganha-se o reconhecimento interno.

Em um esforço final de compreensão Whyte expõe que uma estrutura de vivências com tal organização não pode ser transformada ou reorganizada tão rapidamente. As rotinas de ação local possuem uma força coercitiva que torna as pessoas que ali vivem dependente deste processo. Para além disso, o afastamento desta rotina os tornaria desleal segundo um julgamento moral das pessoas da localidade. Deste modo, Whyte acredita que para que Cornerville se ajuste a sociedade a sua volta é necessário que sejam criadas oportunidades reais de participação destes agentes dentro desta estrutura externa. Do mesmo modo, seria fundamental que Cornerville fornecesse a seus moradores a responsabilidade pelo direcionamento de vida desejado e, para tanto, seria necessário que as lideranças locais fossem reconhecidas perante a comunidade externa. Whyte se refere ao fato da maioria dos programas do distrito serem coordenados por pessoas de fora como o centro comunitário. Ressalta ainda que tal medida afeta os agentes internos lhes

causando um sentimento de subordinação e inferioridade frustrando toda e qualquer possibilidade de avanço.

Gilberto Velho (2005), em breve apresentação da edição brasileira da obra, expõe que a pesquisa de Whyte, mesmo não sendo desenvolvida pela Universidade de Chicago possui elementos inerentes identificados nesta, trazendo em si aspectos da relação sustentada com os personagens da Escola de Chicago nos anos de 1940. De acordo com Velho (2005), Whyte afirmava que as características de seu trabalho o posicionaram entre a Sociologia e a Antropologia possuindo um vínculo com ambos departamentos. Conforme o pesquisador, durante seu estudo chegou a ler Malinowski e assistir a uma conferência realizada por ele em Harvard sendo a leitura sobre sociedade tribais um importante auxílio em seu trabalho

Neste período no contexto de Chicago conforme reitera Velho (2005), também se identificava a presença de um departamento de Sociologia e Antropologia e os estudantes até o ano de 1950 moviam-se entre as duas áreas realizando conexões com estudos qualitativos e quantitativos. O trabalho de Whyte foi conceituado como modelo para o desenvolvimento de trabalhos de investigação científica.

Deste modo, assim como a pesquisa de Whyte outros trabalhos de investigação científica caracterizados como estudo de comunidade foram desenvolvidos no intuito de compreender as diversas configurações de estruturas sociais e seus modos particulares de interação e organização em diferentes localidades. A exemplo, destaca-se a pesquisa desenvolvida por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em uma comunidade da Inglaterra conforme descrito na seção a seguir.

2.4 ESTUDO DE COMUNIDADE

Norbert Elias e John L. Scotson (2000) realizaram uma pesquisa na comunidade de Winston Parva na Inglaterra na qual buscavam estudar as relações de poder existente em diferentes localidades de uma mesma comunidade. As diferenças e desigualdades foram fatores identificados nas relações entre os grupos da comunidade analisada. Apesar da homogeneidade verificada em Winston Parva quanto aos indicadores de renda, educação e ocupação, havia a predominância de uma divisão clara: de um lado estava o grupo que detinha certo poder e de outro o grupo estigmatizado da comunidade.

A pesquisa iniciou-se com John L. Scotson, que pretendia trabalhar a questão da delinquência juvenil. Contudo, Elias viabilizou outros desdobramentos à pesquisa. Na perspectiva de Elias este estudo contribuiria para uma teoria geral das relações de poder. Para o autor, existe uma relação inseparável entre os problemas do desenvolvimento de uma comunidade com os problemas do desenvolvimento de um país, mesmo que este seja caracterizado por escalas diferentes.

A partir deste estudo, verifica-se que as diferenças e desigualdades são fatores existentes nas relações de poder. Nessas relações entre grupos existem sempre duas configurações, de um lado aqueles compreendidos como dominantes e de outro os dominados. O grupo dos dominados, geralmente são condicionados por um estigma que decorre de fatores da anomia, como por exemplo, delinquência, violência e desintegração. A anomia por sua vez, é caracterizada pela falta de regras e ordem, enquanto normas de um julgamento moral, vinculado aos valores do grupo dominante que estigmatiza os dominados.⁹

Os estabelecidos ou grupos dominantes de Winston Parva atribuíam aos *outsiders* ou dominados características ruins, pois, eram a minoria anômica daquela comunidade. Em contra partida, dentro do grupo dos estabelecidos, o grupo mais nômico, existia uma minoria de melhores membros. Aos estabelecidos, reservava-se posições de prestígio e poder, sua identidade social era construída através de tradição, autoridade e influência. Já os *outsiders* eram figurados como a má sociedade, seus laços sociais eram fracos, o que resultava em um grupo heterogêneo, indefinido e diversificado.

Para Elias e Scotson (2000) os indivíduos que fazem parte de ambos os grupos, estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. Elementos como superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são características existentes nas relações de poder. Neste sentido, a existência de coesão e integração em um grupo, proporciona aos seus membros posições sociais de destaque e poder. Em Winston Parva, a desigualdade era fundamentada nos fatores de integração e coesão que se apresentavam de diferentes maneiras em cada grupo.

9 Segundo Émile Durkheim (1995) a anomia é verificada quando as normas sociais e morais não fazem sentido para o indivíduo ou então, quando as mesmas não existem. Sendo assim, a anomia corresponde ao enfraquecimento de normas, regras ou valores estabelecidos em uma determinada sociedade. Para o autor, quando ocorrem mudanças imprevistas na sociedade, as normas tornam-se ultrapassadas.

Os conceitos que caracterizam a imagem negativa dos grupos inferiorizados podem ser variados e geralmente só fazem sentido para aquele contexto específico de relações. Porém, o grupo considerado inferior não tem como estigmatizar o superior, pois, não há como envergonhá-los enquanto o equilíbrio de poder for desigual. Em algumas situações o grupo superior pode necessitar do inferior, isso não garante que a desigualdade de dependência desapareça, mas tende a reduzir o distanciamento e o vínculo entre os grupos aumenta em certa medida.

Quanto as relações estabelecidas entre membros de uma comunidade, Elias e Scotson (2000) explicam que:

As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando "moram juntas num mesmo lugar", quando constroem seus lares num mesmo local. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias, são especificamente comunitárias. Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais ou os grupos de barracas de acampamento. (p. 165)

Entre os problemas centrais destas relações, destacam aquele referente às distinções do valor atribuído, nessas *redes comunais de famílias*. Nesta perspectiva, algumas famílias ou talvez grupos delas através de sua homogeneidade e integração, serão percebidas dentro da comunidade como "melhores ou, em sentido contrário, menos agradáveis, boas ou dignas ou outra designação que reproduza uma espécie de hierarquia classificatória ou ordem de status das famílias de uma comunidade." (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.166).

Para os autores, o quadro de desenvolvimento das sociedades contemporâneas tende a reproduzir e aumentar situações desse tipo.

Quando os migrantes têm a cor da pele e outras características físicas hereditárias diferentes das dos moradores mais antigos, os problemas criados por suas formações habitacionais e por seu relacionamento com os habitantes dos bairros mais antigos costumam ser discutidos sob o rótulo de "problemas raciais". Quando os recém-chegados são da mesma "raça", mas têm língua e tradições nacionais diferentes, os problemas com que eles e os antigos moradores se confrontam são classificados como problemas das "minorias étnicas". Quando eles não são de "raça" nem "grupo étnico" diferentes, mas apenas de outra "classe social", os problemas da mobilidade social são discutidos como "problemas de classe" e, não raro,

como problemas de "mobilidade social", num sentido mais estrito da expressão.(ELIAS, SCOTSON, 200, p.174)

Segundo os autores, em vários casos, no que se refere à relações de poder, enquanto um grupo se empenha para melhorar suas condições, outro grupo se esforça para manter o que já possui. Enquanto uns tentam livrar-se do status inferior que lhes foi atribuído, outros buscam a preservação do status de superioridade. A relevância dos estudos dos autores, consiste em evidenciar de uma forma empiricamente concreta, ou seja, apresentar através das experiências vividas, na observação de fatos cotidianos, “o conteúdo universal dessa forma singular de relações de poder” (p.08).

No que se refere as relações de poder, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2004), desenvolve uma importante reflexão sobre o poder simbólico enquanto uma arbitrariedade da realidade social ignorada pelos que o reconhecem e o exercem. Este poder é responsável por produzir conflitos simbólicos verificados na vida cotidiana dos agentes. A luta existente estabelece princípios de hierarquização entre os agentes em diferentes dimensões do mundo social conforme será retratado a seguir por meio das contribuições do autor.

2.5 ESPAÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE PODER, HIERARQUIAS E REALIDADE SOCIAL

Pierre Bourdieu (2004) concebe o espaço como uma representação do mundo social composto por variadas dimensões. A configuração espacial de acordo com ele, reflete princípios de diferenciação. Este processo é estabelecido pela distribuição de uma série de características que conferem força ou poder a seus detentores neste universo. Nesta perspectiva os sujeitos ou grupos são definidos pela associação com as posições que ocupam em uma determinada região deste espaço. O autor ressalta ainda sobre a impossibilidade da ocupação do sujeito em duas regiões opostas deste espaço.

Dessa forma, o espaço pode ser definido, de acordo com o autor, como um campo de forças. Tal campo se expressa por relações de forças entendidas em termos de poder e capital cuja as quais, são impostas independente dos desejos dos agentes ou das relações estabelecidas entre eles. Assim, o autor explica que o

capital econômico, por exemplo, de um agente representa um tipo de poder dentro de determinado campo (econômico) indicando sua posição no espaço social.

O ganho de uma posição privilegiada neste jogo de relações, dependerá da quantidade de capital ou capitais que demonstrem alguma eficiência dentro do campo de atuação do agente:

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural). (BOURDIEU, 2004,p.134)

Assim, a posição ocupada no espaço social é definida pelo conjunto de posições ocupadas em diferentes campos e de acordo com a distribuição de poder em cada “subcampo” sejam eles: econômico, cultural, social e simbólico (prestígio). Ao entender a posição ocupada, o agente adquire consciência de sua condição que está articulada ao seu posicionamento no espaço.

De acordo com o autor, considerando o espaço e as posições ocupadas, é possível identificar conjuntos ou classes de agentes que possuem características e condições semelhantes por estarem em posições iguais, neste sentido, suas práticas e formas de pensamento serão possivelmente, do mesmo modo, similares.

Ainda de acordo com Bourdieu (2004), existe uma classificação teórica que permite explicar e diferenciar as práticas e características responsáveis pela adoção de uma conduta dos agentes classificados. Contudo, conforme descreve o autor, o espaço de relações é real e nele as posições são passíveis de mudanças por meio de esforços e movimentos organizados. Assim, embora seja possível reunir de forma abstrata ou concreta um conjunto de agentes em condições e posições análogas no espaço social, a união entre estes não é algo inevitável, assim como a aproximação dos que estão mais afastados não é um movimento impossível de ser realizado.

se há mais probabilidade de mobilizar no mesmo grupo real o conjunto dos operários do que o conjunto dos patrões e dos operários, pode-se, graças a uma crise internacional, por exemplo, conseguir um agrupamento baseado em liames de identidade nacional (isto em parte porque, pela história que

lhe é própria, cada um dos espaços sociais nacionais tem a sua estrutura própria-por exemplo em matéria de desvios hierárquicos no campo econômico). (BOURDIEU, 2004, p.137)

Nesta organização divisória dos indivíduos existem princípios iniciais de diferenciação como categorias de gênero, etnia e outros, mas se tratando do espaço social, o autor afirma que não há como pensar em uma união entre agentes de modo a ignorar certas diferenças econômicas e culturais. Cabe ressaltar ainda que, por vezes, o segmento dos conjuntos étnicos, por exemplo, se encontra hierarquizado no espaço social.

Neste contexto de fragmentação e classificação dos agentes no espaço social apresentado como um ambiente construído, Bourdieu (2004) explica que as diferenças ditas geográficas, como, por exemplo, a designação de centro e periferia, refletem no distanciamento dos agentes no espaço social, isto porque ocorre uma distribuição díspar de capitais no espaço geográfico. Assim, evidencia-se uma correlação entre espaço geográfico e espaço social.

Ao analisar o espaço, os agentes concebem uma percepção de mundo social que, segundo o autor, é caracterizada como uma visão pluralizada, uma vez em que o espaço se apresenta como algo relativamente indeterminado. Para Bourdieu (2004), existe nesta concepção, uma luta simbólica com relação a legitimidade de uma visão de mundo e assim, “as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social.”(p.141).

Ao mesmo tempo que os agentes criam uma percepção de mundo social, contribuem também para esta construção. Isto ocorre por meio do que Bourdieu (2004) chama de *trabalho de representação* no qual os agentes constituem esta visão tanto de forma objetiva a partir de uma estrutura já estabelecida quanto por meio de uma subjetividade contida nos esquemas de percepção que são fortalecidos pela linguagem. Tal compreensão se caracteriza como resultado das lutas simbólicas anteriores que expressam relações de forças igualmente emblemáticas.

Deste modo, conforme ressalta o autor, a posição ocupada pelo agente no espaço social é controlada pela disposição da estrutura social. Assim os agentes constroem suas percepções orientados pela realidade que se apresenta, naturalizando, aceitando tal posição e atribuindo um sentido para as distâncias que devem ser respeitadas:

Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.(BOURDIEU, 2004, p.142)

As lutas simbólicas relacionadas a percepção de mundo social fomentam um trabalho de produção simbólica que categoriza e classifica os agentes e suas posições impedindo-os de atribuir um sentido diferenciado a visão de mundo. De acordo com Bourdieu (2004), o poder político contribui para tal processo na medida em que apresenta interesses nas representações objetivadas do mundo social e seus métodos.

Desta forma as diferenças construídas, conhecidas e reconhecidas pelos agentes e por suas representações do mundo social são desenhadas no espaço e funcionam simbolicamente como *espaços dos estilos de vida* que abrigam os grupos relacionados a esses estilos.

As distinções que simbolizam as diferenças no que se refere aos níveis, ordens, graus e outras formas de hierarquia simbólica são criadas por juízos sociais produzidos pelas estruturas nas quais se aplicam. Estes são legitimados quando são tratados como fatos comuns, naturais e evidentes e podem ser consequências do modo casual como se estabelecem as estruturas objetivas e incorporadas.

O capital simbólico existe não só porque, segundo Bourdieu (2004), o campo não expressa uma autonomia real impedindo a permanência e manutenção desta violência simbólica que domina o campo social mas também, devido as relações de força simbólica que por meio das visões de mundo garantem a conservação dessas relações.

De acordo com o autor, a força simbólica é autoritária e conduz as visões de mundo e os princípios de divisão conhecidos, reconhecidos e impostos. Assim, os que se sobressaem são aqueles que estão mais bem posicionados no campo e que possuem chances maiores de transformar as categorias de percepção. Entretanto, não raro, estes não se dispõem a realizá-lo, isto porque, almejam legitimar como imposição uma visão oficial de mundo social. Para tanto, utilizam de estratégias simbólicas por meio da produção de um “estigma”, como forma de impor

simbolicamente as diferenças. Assim, a eficácia deste processo produz efeitos manifestados no reconhecimento deste ponto de vista.

Segundo Bourdieu (2004), não há como compreender a classificação sem antes compreender a luta pela qual ela ocorre. Nesta luta pelo poder que ocorre por meio e pelo próprio conhecimento e monopólio da violência simbólica legitimada, participam os agentes e grupos que nela se envolvem mas também o Estado detentor da visão oficial, da classificação e ordem monopolizadas.

Sendo assim, a delimitação real das classes ou regiões construídas no espaço denotam a eficácia das estratégias classificatórias utilizadas pelos agentes para manter ou alterar o espaço levando em consideração que para tanto é necessário a composição de um grupo organizado em prol da defesa dos interesses em comum dos agentes que o compõem.

A classificação e a categorização dos agentes no espaço funciona também, como forma de apontar as fronteiras existentes, definindo assim seu pertencimento a determinado grupo. Em outros termos, o autor percebe que o processo de construção do espaço social de existência dos agentes é revestido por processos simbólicos de produção de diferenças sociais como marcas das hierarquias no interior do espaço de vida social; de tal modo que existir socialmente é sinônimo de ser reconhecido como diferente pelo conjunto de atributos socialmente percebidos como dignos de prestígio ou de estigmatização.

As contradições do espaço urbano, retratadas por Bourdieu (2004) como reflexo dos fenômenos de percepção social, da produção simbólica e relações de poder, são abordadas por outros autores expressando compreensões conexas a esta ou de caráter peculiar. Neste sentido, David Harvey (2005) analisa a relação da estruturação espacial e a sua relação com o sistema de produção capitalista. A natureza desta relação está no processo de apropriação do espaço pelo capital que acaba por produzir uma dinâmica racionalista que contribui para a manutenção destas relações de poder conforme referido a seguir.

2.6 DIMENSÃO ESPACIAL E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA

Os debates sobre o urbanismo se desenvolveram ao longo do processo histórico de tal modo que o espaço ao ser analisado por diferentes áreas do conhecimento como: Sociologia, Geografia, Economia, Arquitetura dentre outras,

adotou características de um objeto de estudo capaz de ser compreendido de forma singular ou como parte de um todo, considerando a variabilidade de significações.

Neste sentido, David Harvey (2005) reitera a partir de suas contribuições que o espaço urbano é uma composição resultante de inúmeras determinações, assim, perceber o espaço a partir de uma análise plural não se trata de ignorar a compreensão objetiva do urbano e sim, compreendê-lo enquanto reflexo das relações sociais que reproduzem a sociedade como totalidade.

Através da apropriação da teoria marxista, o autor realizou uma análise da relação entre a teoria da acumulação e a compreensão da estrutura espacial. Por meio de seus estudos, buscou apresentar que a dimensão espacial vem sendo historicamente apropriada pelo capital ressaltando um dinamismo existente que promove uma racionalidade, esta por sua vez, é responsável por garantir a manutenção das condições para a acumulação do capital.

No decorrer do período histórico, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço passou a ser valorizado pelo capital sendo desta forma mercantilizado. Conforme afirma Harvey (2005), o espaço produzido pelo capitalismo se caracteriza por suas contradições construídas pela sociedade e que acabam se materializando na configuração do espaço. Isto porque ocorre a desvalorização do ambiente construído no ciclo de valorização do capital, devido a transformações terminológicas e organizacionais do próprio sistema capitalista.

No mesmo sentido que Harvey, Botelho (2007), afirma que tais contradições do espaço urbano são reflexos da dinâmica assumida pelo sistema de produção capitalista:

as inovações nos meios de comunicações, na informática, na organização do trabalho nos escritórios, criam novas necessidades de infra-estrutura que desvalorizam os edifícios mais antigos em comparação com os edifícios mais novos, mais bem adaptados as inovações. (BOTELHO, 2007, p.29).

O autor refuta a existência de um “equilíbrio espacial”, afirmando ainda que faz parte do modo de produção capitalista que haja em sua “dinâmica espacial a constante desvalorização do capital fixo, transformado em ambiente construído, e a recorrente mudança da localização relativa dos diversos capitais.” (p.30)

Para Harvey (2005), os fenômenos urbanos são dotados de especificidades, desta forma, o espaço se apresenta de maneira desigual, contraditória e diversa. A

teoria da acumulação se relaciona com a estrutura espacial sendo possível observar os movimentos de uma sociedade plural e desigual, demonstrando como o processo de urbanização está relacionado com a produção das desigualdades.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. (p.193)

Assim, a acumulação segundo o autor, depende do processo produtivo e de circulação. Desta forma, após a produção, é necessário gerar uma atribuição de valor as mercadorias produzidas de maneira a colocá-las em circulação no mercado. Contudo, segundo o autor, se o espaço de circulação de tal mercadoria não expande a acumulação de capital é contida.

Entretanto com o desenvolvimento do sistema, o espaço urbano passa por uma ampliação, as estruturas crescem e se modificam devido as diferentes ocupações do espaço. Este processo se associa as mudanças sociais ocorridas no que se refere a emergência de uma heterogeneidade cultural e de um movimento de segregação.

Desta forma, para Harvey (2005), as contradições se encontram nos espaços de circulação do capital. Existem zonas valorizadas pelo capital (conjuntos habitacionais diferenciados, zonas indústrias e portuárias) e zonas com baixo interesse do capital (cortiços, favelas, vilas, bairros afastados). Assim, em uma estrutura urbana aspectos como: estruturas sociais e ideológicas são visíveis, pois existem investimentos voltados, sobretudo, para espaços turísticos e centrais, como forma de apresentar os lugares e criar uma identidade da cidade baseada nesses determinados espaços. É na relação do espaço social com a economia que fica possível perceber as desigualdades sociais.

Existe um reconhecimento de que o centro da cidade – o espaço mais economicamente valioso, portanto – representa o todo da cidade, ou, pelo menos, a parte mais importante da cidade:

O capital (na escala dos capitais individuais) e as classes dominantes se concentram em alguns lugares, em detrimento de outros. Os locais mais bem-aparelhados atraem as empresas e a moradia dos mais ricos, desde

que seja possível a segregação das camadas populares (BOTELHO, 2007, p.30).

Ainda de acordo com o autor, essa segregação pode ocorrer das mais variadas formas, destacando-se: a oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais caro, e a periferia; a separação entre zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e zonas de moradia popular; disseminação de zonas cada vez mais especializadas (zonas de escritórios, zonas residenciais, zona industrial); segregação do nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, centros esportivos); segregação no nível do transporte domicílio – trabalho – transportes coletivos para o “operariado” contrastando com os privilégios “burgueses” do uso do automóvel.

De acordo com Márcio Moraes Valença (2006), a cidade é, pois, desigual, abrigando de forma seletiva ricos e pobres. A segregação espacial, como se observou, é a tradução no espaço de processos de exclusão social cuja natureza é tanto econômica, fruto do desenvolvimento desigual e combinado, como de várias outras ordens. É fácil perceber a instrumentalização da segregação: “a cidade é, toda ela, repartida por delimitações tanto físicas quanto simbólicas.” (p.185). Ainda de acordo com a autora, o recorte se faz visível através de demarcações territoriais por meio de barreiras físicas, como avenidas, viadutos, praças, parques, edifícios públicos, uso de arquitetura defensiva como grades, cercas elétricas, muros; e também através de construções físicas, mas, que possuem força simbólica maior, deixando claro o que se define como cidade.

A relação centro e periferia surge da tensão entre concentração de capital e expansão geográfica, e de acordo com Harvey (2005) é neste ambiente construído chamado cidade que surgem os conflitos sociais entre as classes. O Brasil é percebido como o *locus* onde as diferenças urbanas organizam a sociedade. Isto porque identificam-se fenômenos sociais, tais como, desigualdades raciais, pobreza, acesso à moradia, segurança pública, educação, desemprego, dentre outros associados as diferenças sociais existentes no meio urbano. Esta estruturação da sociedade resulta nas desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas. Um indicador agravante deste processo de produção social de diferenças são as relações de poder originadas que se caracterizam como um importante debate sobre o modo com que se organiza a sociedade.

Contudo, tais diferenças são presenciadas também, em uma escala menor do que a configuração estrutural centro e periferia, no contexto de dimensões locais de uma mesma comunidade periférica. No intuito de contribuir para o melhor entendimento nos estudos de comunidades periféricas das cidades brasileiras em geral, será retratado a seguir como podem ocorrer novas produções de diferenças nos lugares identificados como periferia por meio do trabalho investigativo do bairro Progresso.

III – ESTUDO DE CAMPO

3.1 O PROGRESSO COMO OBJETO DE ESTUDO

As Ciências Sociais sendo uma ciência voltada para o estudo dos fenômenos sociais, deve contribuir para o conhecimento sistemático e metódico da sociedade e seu funcionamento. Neste sentido, a escolha de uma temática dotada de um aspecto valorativo e eminente à pesquisa de conclusão de curso é, fundamental para a ascensão do itinerário acadêmico. Este processo pode ser percebido, embora de forma menos comum, como algo tencionado previamente ao percurso acadêmico, ou caracterizado como um interesse despertado no decorrer do mesmo e, ainda, uma decisão cumprida em prazo limite. Isto posto, eleger a região do Progresso como objeto de estudo desta pesquisa foi um processo ordenado por um conjunto de aspectos circunstanciais sendo, deste modo, uma escolha gradualmente delineada.

Quando nasci em 1991 meus pais residiam no loteamento PROMORAR, atualmente bairro Cristo Rei. Entre o ano de 1991 até 1997 nos mudamos pelo menos três vezes e sempre nos reestabelecíamos nas adjacências, quando não raro, no próprio local que, geograficamente, corresponde ao “Progresso”. Mesmo tendo residido um curto período de sete anos no bairro, recordo de algumas situações constrangedoras vivenciadas ao revelar o local de moradia. Aos seis anos de idade lembro de nos mudarmos novamente, desta vez, para outro bairro fora do território ao *Sul* da cidade onde localiza-se o Progresso.

Mesmo com a partida, o contato com o lugar perdurava, uma vez que grande parte de meus familiares continuavam a residir ali. As situações de constrangimento pela localização residencial, somadas a existência de fatos narrados com relação ao Progresso, causavam um desconforto que não era por mim compreendido e autoanalisado. Durante minha infância e até mesmo parte da adolescência, por motivos de diversas naturezas, este constrangimento ficou submerso em meu inconsciente. Porém, com o passar do tempo, em alguns lugares que frequentava cotidianamente, eram frequentemente alçadas insinuações e comentários com relação ao Progresso, o que fez aflorar antigos sentimentos.

Em muitas ocasiões, expressões que para mim pareciam totalmente inadequadas como: “aquela negrada do Progresso”, “parece que mora no

Progresso”, “olha que eu moro no Progresso”, eram incorporadas e, muitas vezes, por pessoas que nem mesmo conheciam ou haviam estabelecido qualquer contato com o lugar. Entretanto os vocábulos eram utilizados como uma forma de intimidar outrem, já que a fama do local atentava para tais colocações. E assim, bastava surgir um assunto relacionado ao uso e venda de drogas, homicídios, pobreza e toda e qualquer prática de caráter ilícito, que o local era citado como ponto de referência do desajuste social. O que mais me impressionavam eram as afirmações caricaturais que eram realizadas sem qualquer conhecimento concreto sobre o lugar. Obviamente que nesta localidade verificam-se inúmeros problemas, tanto estruturais quanto sociais, mas para mim, não parecia aceitável que as pessoas não compreendessem que outros lugares vivem sob condições semelhantes e, entretanto, nem sempre são percebidos negativamente pela população não-residente, nas mesmas proporções que o Progresso. Era simplesmente aterrador saber que para tantas pessoas o lugar que por anos fora meu local de moradia era percebido como um “mau lugar” para se viver.

No início de 2015 comecei a refletir sobre o tema do trabalho de conclusão de curso, o período de realização do projeto se aproximava e já havia pensado em diversas temáticas consideravelmente relevantes dentro da área das Ciências Sociais. Contudo, ainda parecia necessário algo que mobilizasse um interesse real. Em certa ocasião, durante uma aula, houve um relato de um trabalho realizado no Progresso, no qual fora relatado que moradores mais antigos em toda sua existência – imagina-se que seja desde seu estabelecimento no bairro – nunca teriam se ausentado da localidade. Aquela exposição não fazia sentido, como poderia existir tal situação em que essas pessoas não necessitassem deslocar-se do local de moradia? Isto significava afirmar que nunca precisaram realizar atividades como ir ao banco para obter um financiamento ou ir ao hospital em casos mais graves de saúde, e tantos outros espaços que só existem em ambientes externos ao lugar onde residem. Se analisarmos o conjunto de elementos físicos da estrutura do bairro, é fácil perceber que o local não é autossustentável a ponto de moradores encontrarem ali exatamente tudo que precisam, de maneira a não necessitar dos serviços externos à localidade. As afirmações pareciam estapafúrdias, e me impossibilitavam de posicionar-me de outra forma que não fosse contrária a tal raciocínio.

Ao término do sétimo semestre, com o desenvolvimento proveitoso da disciplina de Estudos Urbanos, interessei-me pela área da sociologia urbana, entretanto, o tema do trabalho de conclusão de curso permanecia indefinido. Mesmo com algumas recomendações, sabia que seria necessário partir de mim a escolha do tema, tendo em vista que não fazia parte de meus planos, executar um trabalho apenas por incumbência da instituição acadêmica. Dentre as recomendações solicitadas por mim, uma iniciativa maior entusiasmo: transformar minha incapacidade de resignação a respeito da imagem projetada sobre o Progresso em um possível tema a ser desenvolvido como trabalho de conclusão de curso. Desta forma, não precisaria desenvolver algo somente por requisito de conclusão de curso, mas, poderia dispor de um estímulo maior, além de contribuir, dentro das Ciências Sociais, nos estudos de comunidades periféricas no contexto das cidades brasileiras.

Repentinamente, tudo parecia claro, realizaria uma investigação científica sobre o Progresso, sobretudo objetivando a construção de uma análise crítica capaz de desconstruir preconceitos e estereótipos construídos socialmente. Dentro da área de abrangência das Ciências Sociais, o ramo específico da sociologia urbana que estuda o indivíduo em suas relações, objetiva também, compreender as contradições do espaço urbano como parte do processo de estruturação da sociedade, levando em consideração que neste processo desencadeia-se também as desigualdades econômicas, sociais, culturais dentre outras. Outro fator relevante, são as relações de poder originadas pelo processo de produção social de diferenças que se caracterizam como um importante debate sobre o modo com que se organiza a sociedade.

Dentro desta lógica, a pesquisa em questão foi pensada no intuito de compreender como se originam as diferenças sociais no meio urbano, responsáveis por desencadear outros fenômenos sociais que se interligam a este, tais como, desigualdades raciais, pobreza, acesso à moradia, segurança pública, educação, desemprego, dentre outros. Neste sentido, com este estudo, deseja-se contribuir para o melhor entendimento nos estudos de comunidades periféricas das cidades brasileiras em geral, tendo em vista, que a pesquisa é aplicável a outros bairros com configurações semelhantes ao Progresso.

3.2 METODOLOGIA E PLANEJAMENTO

Com o objeto de estudo definido, o próximo direcionamento consistiu na construção do projeto e na sistematização da pesquisa. Embora para mim a questão da imagem social negativa com relação ao Progresso fosse um problema de pesquisa sólido, era preciso encontrar uma fundamentação teórica que a legitimasse. Sendo assim, com base nos debates teóricos sobre a construção de diferenciações sociais no meio urbano, a pesquisa encaminhou-se para a análise sobre como o processo de produção social de diferenças no espaço urbano em geral influencia nos conflitos internos de uma comunidade. Sobretudo, enfatizando uma hipótese de pesquisa: a imagem deteriorada produzida com relação aos moradores do bairro Progresso intervém na diferenciação interna dos grupos que compõem a comunidade.

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de comunidade, tendo em vista que representa uma tentativa de compreensão de uma determinada realidade social. Este delineamento do estudo eclodiu na decisão do tipo de abordagem adotada para analisar o Progresso. Neste sentido, discutiu-se quais seriam os parâmetros de delimitação da localidade. Como reitera Bourdieu(2004), se tratando de análises relacionadas à determinadas regiões espaciais, cientistas e geógrafos tendem a privilegiar uma definição legítima de acordo com o que vê e percebe enquanto conteúdo do espaço. Isto é, marcos físicos territoriais ou políticos administrativos que estabelecem fronteiras entre as regiões fragmentando o espaço como uma forma de perceber localidades e orientar entendimentos. Este tipo de análise tende a limitar-se a aspectos políticos e administrativos mas, de acordo com o autor, o estabelecimento de uma criticidade lógica que tem por base o empirismo fundamentado na ciência, nem sempre caminha de encontro à forma como se caracteriza a ideia de região.

Assim, as práticas sociais efetuam representações mentais que se manifestam a partir de um conjunto de percepções, conhecimentos e reconhecimentos. Isso significa que as fronteiras responsáveis por delimitar o pertencimento de uma região podem ser plásticas dentro da lógica de organização do processo de vivência local. Sendo assim, os critérios de delimitação da localidade Progresso, seguiram a concordância das fronteiras como um produto de diferenças, opondo-se a uma divisão legitimada do lugar. Assim a preocupação da investigação

parte da noção de que o Progresso é uma expressão que revela uma disputa linguística. Dependendo dos aspectos simbólicos envolvidos no conflito, o pertencer ou o não pertencer ao lugar é expresso pelos agentes de modo que as fronteiras do lugar são plásticas, se moldam pelo interesse envolvido.

Deste modo optou-se por enfatizar as propriedades subjetivas expressas no sentimento de pertencimento, isto é, como são representadas socialmente as divisões da realidade por parte dos moradores da localidade. Neste sentido, cabe ressaltar que o termo “Progresso” não foi compreendido como uma designação representada pela delimitação geográfica estabelecida pelo Poder Público Municipal, mas a partir de uma fronteira plástica, um termo com significados e, sobretudo, passível de disputas.

Após estas definições iniciais do planejamento foi estabelecido a metodologia a ser utilizada. A pesquisa foi do tipo qualitativo, abrangeu três técnicas diferenciadas: revisão bibliográfica e pesquisa histórico documental, observação sistemática *in loco* e entrevistas semiestruturadas. A atividade de revisão bibliográfica de base conceitual, iniciou no mês de janeiro se estendendo até o mês de março e consistiu em leituras de auxílio para a contextualização teórica do problema de pesquisa, sustentando assim, sua relevância para as Ciências Sociais. Nessa etapa, buscamos compreender o espaço urbano, como este se desenvolve e se organiza. Posteriormente, teve início a pesquisa documental a respeito do histórico de formação do município de Erechim e do bairro Progresso. Através do acesso a documentos do Arquivo Histórico de Erechim, foram coletadas informações do processo de formação e desenvolvimento do município. A ausência de dados históricos com relação ao bairro foi suprida, em um segundo momento, no qual, moradores contribuíram através de seus relatos, para a elaboração da descrição da origem histórica do Progresso.

A segunda técnica empreendida foi a observação sistemática *in loco* e visou a descrição mais desenvolvida das causas de determinados fenômenos. Segundo Lakatos e Marconi (2006), este tipo de observação se caracteriza pelo levantamento *in loco* de dados, podendo variar o tempo de duração da observação. Para tal os recursos utilizados no procedimento foi o uso de uma caderneta.

Ao apropriar-se desta técnica, segundo as autoras, o observador deve se apresentar de forma mais neutra possível, quanto à interpretação da polivalência de dados. Sobretudo, esta técnica de pesquisa permite uma interação maior entre o

pesquisador e seu “objeto”, o que pode enriquecer a pesquisa. Desta forma é possível um detalhamento do comportamento das pessoas, expressado nas inter-relações entre os grupos analisados. Além disso, proporciona uma identificação mais exata de segmentos fundamentais da pesquisa.

A etapa de observação ocorreu durante os meses de março a outubro de 2016. Inicialmente foram estabelecidos pontos específicos de observação em locais de sociabilidade dos moradores como, por exemplo, o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), posto de saúde, grupos de maior idade, dentre outros. Esta fase do processo desencadeou a construção de um diário de campo como um recurso de auxílio do trabalho investigativo. Neste, foram registrados os dados e impressões construídas na observação de campo que posteriormente seriam selecionadas e analisadas compondo assim as considerações obtidas durante a pesquisa.

A terceira e última técnica foi empreendida durante o desenvolvimento da observação sistemática *in loco*, sendo organizada por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores do Progresso.

Para Lakatos e Marconi (2003), na entrevista semiestruturada o entrevistador tem a possibilidade de fazer avanços conforme necessário. Neste tipo de entrevista geralmente as perguntas são abertas possibilitando um diálogo informal, o que reforça a questão da interação entre observador e observado através do diálogo aberto. A entrevista semiestruturada, permite um esclarecimento maior de perguntas e respostas, favorecendo o entendimento das abordagens realizadas pelo pesquisador, além disso, o levantamento de dados torna-se mais fácil e são evidenciados de maneira mais precisa.

Para a seleção dos moradores entrevistados foi pensado na orientação do processo de interação em campo, onde, os indivíduos que aceitassem fazer parte do “*corpus*” da pesquisa seriam escolhidos.

De acordo com Martin Bauer e Bas Aarts (2002), a constituição de um *corpus* de pesquisa, implica na seleção qualitativa de um material que caracterizará o todo. Na pesquisa qualitativa, prioriza-se o estudo das variedades de diversos aspectos como, por exemplo, comportamentos, práticas, opiniões dentre outros fatores. Devido ao fato de não se ter conhecimento prévio da amplitude de tais variedades, não se pode seguir pressupostos imediatos de uma técnica de amostragem representativa. Assim, torna-se necessário a sistematização de etapas metodológicas como: seleção preliminar, análise das variáveis e, posteriormente,

ampliação gradual do *corpus* de forma a identificar uma quebra de variações.

No planejamento metodológico estabeleceu-se que o número de entrevistas seria determinado pela situação de esgotamento de novas percepções, ou seja, quando os discursos tendem a ser repetitivos e nada mais acrescentam de novo à investigação. George Gaskell (2002), discorre em “Entrevistas Individuais e Grupais”, sobre a quantidade de entrevistas necessárias no desenvolvimento de uma pesquisa, a resposta de imediato seria simples, dependeria de um conjunto de fatores, expressos em termos de recursos disponíveis e quantidade de ambientes consideravelmente relevantes.

Em contra partida, existem alguns pontos que podem servir de orientação para tal resposta, de acordo com Gaskell (2002), um aspecto a ser considerado, é a estabilidade de percepções. Além disso, o autor afirma que aumentar a quantidade de entrevistas, neste caso, nem sempre ajudará a aprofundar o entendimento do que já foi dito e, ainda, maximizar a qualidade do trabalho. Assim propõe que a *saturação* de sentidos e significados pode representar a descontinuidade de entrevistas.

Como propósito da realização de entrevistas identifica-se a premissa embasada na *análise de discurso*, no intuito de identificar correspondências quanto as posições dos agentes dentro do campo. Para tanto, Rosalind Gill (2002), esclarece que este tipo de análise se assemelha ao trabalho de jornalista por exemplo que inicialmente, talvez não saiba onde está contida a notícia de um acontecimento mas, com um pouco de experiência e uma definição do que é uma notícia, saberá identificá-la claramente. A transcrição para Gill (2002) também é um elemento importante, no que se refere a esta técnica, pois é necessário o detalhamento descritivo para a construção do processo de assimilação das características centrais da fala.

Com o planejamento, a metodologia e o delineamento do trabalho de campo, ansiava-se a aplicabilidade com o começo da pesquisa prevista para o mês de março de 2016. A partir da realização da disciplina de Tcc II, finalmente executaria os primeiros movimentos de inserção no campo.

3.3 PRIMEIRAS INSERÇÕES

O trabalho de campo iniciou no mês de Março de 2016 com a realização das observações sistemáticas. A proposta da etapa de observação *in loco* consistia em, inicialmente, atentar aos espaços de sociabilidade do bairro no intuito de inserir-se gradualmente no campo. Esta fase inicial seria fundamental, pois, embora de forma rudimentar obtivesse conhecimento prévio do campo, era preciso reconhecer elementos intrínsecos não percebidos anteriormente. O início do trabalho foi marcado pelo desconforto, o sentimento era de intromissão e inquietação no que se refere a incorporação ao campo, o Progresso estava fisicamente a minha frente mas parecia metaforicamente tão distante.

Roberto Da Matta (1978) em “O ofício do Etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”, retrata as dificuldades alavancadas no decorrer de uma pesquisa. Dentre as ressalvas, expõe o movimento duplo existente na realização do ofício de etnólogo: “(a) transformar o exótico no familiar e / ou (b) transformar o familiar em exótico.” (p.28). O primeiro movimento corresponde a uma fase inicial da Antropologia quando os enigmas sociais eram foco de pesquisas. A segunda ação, atenta para um período mais recente, no qual, a antropologia volta a sua atenção para as sociedades complexas visando identificar, conforme Da Matta (1978), práticas primitivas incorporadas em suas próprias práticas culturais.

O segundo movimento que corresponde a “transformação do familiar em exótico”, apresenta uma problemática equivalente ao momento em que o etnólogo deixa de se enxergar como parte de um grupo social em questão, passando para a fase de estranhamento de regras sociais que antes pareciam-lhe familiares. A finalidade do estranhamento passa a ser configurada pela identificação de aspectos exóticos. De acordo com o autor, tais aspectos não eram até então passíveis de reflexão, devido ao processo de objetivação e mecanismos ideológicos de reconhecimento e aceitação e, neste sentido, para o exótico ser perceptível aos olhos do pesquisador, Da Matta (1978) explica que é necessário um processo de ruptura emocional salientando:

a apreensão no primeiro processo é realizada primordialmente por uma via intelectual (a transformação do exótico em familiar é realizada fundamentalmente por meio de apreensões cognitivas), ao passo que, no segundo caso, é necessário um desligamento emocional, já que a

familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora e, assim, veio do estômago para a cabeça. (p.30)

De forma analógica as contribuições de Da Matta, estabelecem uma relação com as inquietudes que emergiram com a prática do campo, iniciada no Progresso. Assim, a principal preocupação era estranhar o que por anos me fora tão familiar e ainda, identificar mecanismos metodológicos que garantissem uma imparcialidade, legitimando uma possível ruptura emocional.

Gilberto Velho (1968) em “Observando o Familiar”, expõe a importância da objetividade no trabalho do pesquisador, na percepção imparcial da realidade, “evitando *envolvimentos* que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e decisões.” (p.37). Além disto, especifica a compreensão entre distância social e distância psicológica, alerta que o grau de familiaridade varia e não pode ser pensado enquanto sinônimo de conhecimento. Desta forma, é preciso relativizar e refletir de forma sistemática com relação ao processo de análise do objeto. Assim, estar acostumado a uma paisagem social, na qual reconheço como familiar alguns aspectos sociais não garante o entendimento das diferentes lógicas que permeiam as relações. “Logo, posso ter um mapa mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam.” (p. 41).

De acordo com Velho(1968), a realidade investigada sempre será transcrita com base na percepção do pesquisador, o que não anula o rigor científico mas, identifica este aspecto como uma objetividade relativa, que as vezes será ideológica porém, em todos os casos interpretativa. Sendo assim o entendimento da relativização e da ideia de distância e objetividade possibilitam o desenvolvimento de um trabalho de estudo do “familiar”, sustentado pelos pilares do rigor científico, o que ameniza as inquietações que assombram a legitimidade de tal pesquisa.

O início do trabalho de campo foi um momento no qual as angústias foram tensionadas pela ausência de conhecimento prático na realização deste tipo de exercício. Entretanto era preciso tendenciar tais ações de caráter empirista, através desta imersão no desconhecido e, desta forma, fomentar minha construção representada na figura de pesquisadora.

Desta forma, as primeiras observações tiveram como objetivo o mapeamento do campo e visaram identificar possíveis espaços de sociabilidade. Durante a operação foi percebido que a estrutura de organização social e os padrões

estabelecidos localmente condicionavam a existência de espaços predominantemente masculinos como, por exemplo, bares, equinas e campos de futebol. De outro modo, foram identificados também, ambientes preeminentemente femininos, nos quais as práticas de socialização se faziam presente nas interações entre a vizinhança, enfatizando, neste caso, as rodas de chimarrão. Para além disso, se evidenciou o reconhecimento de espaços intermediários como o Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) que favoreceu o exercício, na medida em que era circundado por outros espaços como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Nestes locais, o público era heterogêneo no que se refere a marca de gênero. Outro ponto a ser destacado com relação a esta fase inicial de inserção foi o acolhimento e aceitação por parte dos órgãos institucionais. Foi possível detectar a diferenciação quanto ao amparo no processo de pesquisa, ao passo que algumas entidades se apresentavam de forma mais indisposta, outras por sua vez, mostravam afimco dentro das possibilidades de cooperação.

Durante as primeiras observações de reconhecimento do local, realizava caminhadas em trajetos habituais até a casa de familiares que residiam no Progresso. No decorrer do percurso, observava as pessoas na rua e nas casas na tentativa de discernir elementos importantes de atentar e outros descartáveis aos dados da pesquisa. A UBS embora fosse um espaço que oportunizava o contato com os moradores, estava sempre abarrotada de pessoas esperando por atendimento, muitas vezes, a fila ultrapassava porta afora. Devido a situação presenciada, não parecia conveniente realizar qualquer observação ali, certamente existia um constrangimento imposto e, por isso, tornava-se tão difícil e embaraçoso abordar os moradores daquela maneira.

Desta forma, a etapa de observação dos espaços de sociabilidade no mês de março foi restringida a dois movimentos: as visitas ao CEU e o trajeto até a casa de familiares. Não importava o quanto eu quisesse avançar para outras abrangências, para além de espaços rotineiros, a falta de traquejo impossibilitava este movimento. Percebendo as dificuldades impostas pelo campo, que eram associadas a falta de experiência, na segunda quinzena do mês de março, começamos a colocar em ação uma nova estratégia. Mesmo me sentindo livre para circular nas ruas do Progresso, me sentia uma estranha pela maneira que era analisada pelos demais. Era

necessário achar outra forma de ser percebida e mais do que isso, me tranquilizar para dar sequência ao estudo.

Neste sentido a proposta de nova tentativa de integração, consistia no acompanhamento das agentes de saúde em visitas domiciliares, como uma possibilidade de adaptação gradativa ao campo. Com o acompanhamento seria oportunizado uma forma de aprendizagem na abordagem de moradores, no sentido de que o trabalho de agente exige o desenvolvimento de uma relação equilibrada e aprazível para ambos. A oportunidade se apresentava como um passo crucial na construção de estratégias de aproximação com o campo e objeto de estudo.

3.4 AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE

O método de aproximação com o campo que inicialmente, fundamentava-se nas observações dentro dos espaços de sociabilidade do bairro e que, sequencialmente, ocasionaria a interação com os moradores, demonstrou uma série de atribuições responsáveis por inferir a imposição de novos mecanismos de acesso aos moradores. Deste modo, ao identificar que para estudar o Progresso e familiarizar-me com seus habitantes fazia-se necessário ir além dos esforços já alcançados, consideramos a possibilidade de acompanhamento das agentes comunitárias de saúde locais.

O trabalho destes profissionais exige responsabilidade pois, entre as competências, a vigilância e a promoção de saúde através de um trabalho educativo são cruciais para o cumprimento de um desempenho satisfatório. Neste sentido, como parte das atribuições do cargo, o agente deve realizar um mapeamento de sua área de abrangência, cadastrar as famílias, identificar possíveis situações de risco, orientar sobre cuidados gerais para com a saúde, tudo isso, por meio de visitas domiciliares efetuadas mensalmente.

Desta forma, a figura da agente comunitária denotava, primordialmente, certa notoriedade frente a comunidade, devido ao compromisso, em tese, assumido para com a população. Assim, o trabalho com as agentes, se apresentou como um excelente meio de conhecer moradores e estar em contato constante no campo.

As orientações do processo para adquirir a autorização¹⁰ de acompanhamento foi concedida pela enfermeira geral responsável pela UBS. Na semana seguinte, foi iniciado o trabalho de campo contando com o respaldo de uma equipe de pessoas adaptadas ao local. Através de sua influência, fortaleceria minha mobilidade dentro do campo tornando-me conhecida na comunidade. Esta forma de integração ao campo visava maximizar a credibilidade com os moradores a fim de estabelecer um contato mais próximo, oportunizando a coleta de dados. Com o direcionamento definido, a primeira medida a ser tomada com o início do trabalho era a construção de um cronograma de acompanhamento de atividades. O posto contava com três equipes de agentes, cada equipe contava com cinco agentes e uma enfermeira, as equipes eram designadas pelas cores: verde, amarela e azul. Tendo em vista de que um dos requisitos de aprovação no concurso para a vaga de agente comunitário de saúde é residir no bairro onde a UBS está estabelecida, cada grupo era responsável por um raio de abrangência, no qual, cada integrante atuava nas proximidades do local onde residia.

No primeiro dia de campo, após uma breve apresentação, a enfermeira geral me conduziu a *equipe verde*. No primeiro contato com o grupo pude notar que não haviam sido notificadas de minha presença. É compreensível, tendo em vista a ausência de um informe prévio com relação ao meu deslocamento até o local, naquela data. Entretanto, cabe ressaltar, que a autorização fora enviada na semana anterior, o que viabilizava certo período de tempo para tal preparação. Com base no diálogo desenvolvido após minha apresentação, percebi que a equipe desconhecia também a existência da pesquisa. O fato apresentou-se como um processo interno comum da instituição, mas analisando a magnitude conjectural interpretativa, esta situação pode ter correspondido a uma série de contratempos.

O trabalho com as agentes foi extremamente exaustivo, levando em consideração a quantidade de problemas identificados. A aceitação caracterizou-se como uma adversidade desde o princípio. Deste modo, a adesão manifestou-se como uma imposição de uma instância superior, evidenciada pela figura da Secretaria de Saúde do município e, neste caso, a exigência deveria ser cumprida independentemente das vontades individuais. A exemplo de tal afirmação, é possível

10 O requerimento exigia a abertura de um protocolo junto a prefeitura e, para tanto, era necessário documentação da universidade redigida pelo orientador, requisitando o acompanhamento além de uma cópia do projeto de pesquisa. O retorno de autorização seria realizado pela Secretaria de Saúde, via telefonema, a mesma encaminharia para a UBS, via e-mail, a aprovação.

considerar os mecanismos da burocracia do Estado e seus indicadores como: abertura de protocolo, período de análise, processo de aprovação, etc.

O cronograma de visitas considerado uma medida cautelosa, que visava uma organização de todo o processo, foi inviabilizado. De acordo com as agentes, não seria possível segui-lo, pois, cada equipe realizava uma pesagem ao mês, instituída como critério para o recebimento do benefício do bolsa família¹¹. Além do mais, eram ministradas palestras nas escolas, nas quais eram expostos temas diversos ligados a saúde. De imediato, manifestei interesse pela atividade argumentando que seria enriquecedor para a pesquisa participar do processo de pesagem, porém, a participação foi impossibilitada por aspectos da estrutura de organização do posto. De acordo com as equipes, nestes dias específicos de pesagem, a UBS recebia muitas famílias, o que gerava tumulto e, desta forma, não seria conveniente a presença de um estranho, no que se refere ao quadro habitual de funcionários.

Mesmo com o imprevisto de que as pesagens não eram datadas em um período mensal exato, insisti em estabelecer uma agenda de dias em que eu estaria disponível para efetuar o acompanhamento. Sendo assim, ficou estabelecido que as visitas seriam realizadas nas segundas, terças e sextas e, como exigência da responsável geral, seria cumprido um rodízio entre as equipes. Desta forma, iniciaria com uma agente da *equipe verde*, em seguida *amarela* e posteriormente *azul*, e assim sucessivamente. Quando não fosse possível acompanhar uma equipe, daria sequência acompanhando assim, a integrante de outro grupo.

No primeiro contato com a *equipe verde*, conforme mencionado anteriormente, percebi a surpresa das agentes o que causou certo estranhamento, pois, começaria a acompanhar a rotina de trabalho daquelas pessoas e, no entanto, não pareciam estar cientes de minha “existência”. De forma desajustada, sentei-me junto ao grupo e de maneira objetiva apresentei-me expondo a ideia de trabalho assim como o objetivo a ser alcançado através das visitas e, sobretudo, ressaltando que minha presença nas residências não comprometeria suas atividades de trabalho. Conforme o cronograma da pesquisa, as visitas com as agentes possibilitariam o acesso aos moradores como um contato inicial. Assim, para os moradores que concordassem em colaborar com a pesquisa, seriam agendados

¹¹ Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, teve início em 2003.

horários específicos a partir de contato telefônico, para o desenvolvimento das entrevistas.

Após minha apresentação ao grupo, a enfermeira responsável pela *equipe verde* perguntou as integrantes quem poderia realizar o acompanhamento. Frente a ausência de interesse, a responsável indicou quem realizaria a tarefa naquele dia. Nos dias seguintes de acompanhamento, a ausência de interesses se manteve, necessitando a interferência da enfermeira responsável pela equipe.

Com o quadro acentuado estabelecido e a intensificação dos conflitos, a porta de acesso em alto potencial frustrava as possibilidades de avanço. Os meses de maio e início de junho não procederam conforme o planejamento, sem obter significativo progresso, entretanto, não se pode ignorar os triunfos atingidos com o trabalho de acompanhamento. Durante os dois meses investidos na ação, foi possível acompanhar um total de três agentes das equipes *verde* e *amarela*.

Entre os impasses enfrentados durante o trabalho com as agentes encontravam-se questões como, por exemplo, o receio das mesmas por parte da aceitação dos moradores, no que concernia a pesquisa. Na maioria das vezes, a justificativa para a não aprovação de meu trabalho de acompanhamento, era a invasão da privacidade dos moradores. De acordo com as profissionais, o fato de estar ali somente para meu benefício, no que diz respeito a realização da pesquisa, era um problema identificado por elas, no sentido em que minhas relações estabelecidas com os moradores era um vínculo efêmero, diante dos laços que elas constituíam com a comunidade vistos como uma conexão, permanente.

Neste cenário o processo de construção da narrativa de minha presença entre as agentes, percebia a necessidade de a todo momento negociar a legitimidade de tal presença através de discursos por mim construídos como: “Vocês seriam a porta de acesso mais adequada”, “Podemos negociar os dias de acompanhamento.”, “As entrevistas vão ocorrer em um momento posterior a visita inicial, não necessita que estejam junto.” “As visitas não precisam necessariamente serem realizadas somente em casas de famílias mais antigas.”, “Não há um perfil de moradores estabelecido.”, “Posso esperar vocês consultarem os moradores, aqueles que aceitarem participar realizaremos a visita.”

Todavia reiteradamente é essencial contabilizar os ganhos obtidos no curto período de acompanhamento que, de uma forma subjetiva, permitiram a análise de diferentes ângulos da pesquisa, como: impressões iniciais importantes em meu

processo de construção enquanto pesquisadora, além de discursos apropriados, registrados no diário de campo, transformados em dados e que serão analisados posteriormente.

No final do mês de junho, as adversidades reveladas pelo campo projetaram, novamente, a necessidade de um novo alicerce de sustentação das ações planejadas. Tendo em vista que minha inclusão na UBS fora estabelecida de maneira verticalizada, foi possível perceber que as agentes identificavam minha presença como uma imposição da direção. Neste sentido o meio pelo qual me inseri na instituição possivelmente pode ter dificultado a construção de uma relação satisfatória com as profissionais.

Assim, a solução seria encontrar outro espaço de sociabilidade dentro do campo que se caracterizasse como ambiente de pesquisa favorecendo o acesso aos moradores. Neste contexto, surge a Pastoral da Criança que teve um papel importantíssimo no desenvolvimento da pesquisa e na efetivação do levantamento de dados.

3.5 A PASTORAL DA CRIANÇA

Com os poucos avanços realizados no trabalho de acompanhamento das agentes, foram previstas as várias possibilidades de interação com os moradores por meio de entidades sociais. A percepção da utilização de meios horizontais de acesso aos moradores surgiu dos movimentos cotidianos do campo. Assim, optei pelo acompanhamento de líderes religiosos devido à existência de uma forte representatividade destes agentes dentro do campo estudado.

Deste modo, uma das possibilidades seria o acompanhamento da Caritás, que embora seja representada por um grupo religioso cristão, suas ações são voltadas para as camadas mais desfavorecidas da população independente de crenças religiosas. As “irmãs” da Caritás, assim como outros líderes religiosos, possuem grande notoriedade frente a comunidade. O reconhecimento do trabalho das mesmas no Progresso é identificado desde os primeiros anos de formação do local, marcado também com a criação do centro social urbano, onde eram realizadas diversas atividades.

Deste modo, possuindo informações da localização das irmãs, foi priorizado a busca de sustentação para o andamento da pesquisa, nas várias atividades desenvolvidas por elas dentro da comunidade¹².

O primeiro contato com as “irmãs” trouxe um sentimento de conforto imediato, a recepção foi uma manifestação acolhedora e percebi que havia finalmente encontrado amparo para que me sentisse aos poucos integrada ao campo. Observando a receptividade diferenciada com relação aos meios limiares de inserção ao campo, consultei a irmã responsável pelas ações da Pastoral a possibilidade de participação de algumas das atividades exercidas. A concessão para acompanhamento foi complementada com um convite de participação nas reuniões quinzenais da Pastoral da Criança e do grupo de gestantes.

No mês de julho acompanhei as primeiras reuniões buscando compreender o funcionamento da instituição e, considerando as prerrogativas a serem obtidas com o acompanhamento das ações. Os desdobramentos das reuniões evidenciou pontos positivos para o seguimento da pesquisa. Havia cerca de onze líderes, levando em consideração que, em alguns casos, existiam mais de uma líder por região dentro do Progresso.

As líderes da pastoral, possuíam uma organização no que diz respeito as áreas de atuação, semelhante à sistematização das agentes de saúde e, também dividiam-se cada qual atuando em uma região próxima ao local em que residiam. Dentre as ações desenvolvidas pelas líderes estava a pesagem¹³ das crianças, assistida como uma oportunidade de acesso as famílias. Assim, o acompanhamento da pesagem viabilizaria a aproximação com os moradores e, neste sentido, seria preciso uma interação mais intensa com as líderes.

Na primeira reunião fui apresentada às líderes pela “irmã” responsável por conduzir a reunião, em seguida iniciei um novo movimento de legitimação e negociação, por meio da criação de um discurso, sobre minha presença no campo. Após apresentar a pesquisa e justificá-la, iniciamos a reunião, naquele momento, imaginava que meu progresso de inserção no grupo seria gradual e lento.

12 As atividades exercidas são das mais diversas naturezas, como: a pastoral da criança, pastoral da saúde, iniciativas vinculadas ao programa fome zero, padaria social, brechós, trabalhos com grupos de gestantes, entre outras ações de caráter social.

13 A pesagem é um procedimento realizado que coleta indicadores de desenvolvimento das crianças cadastradas na Pastoral, é necessário para o preenchimento das Folhas de Acompanhamento e Avaliação das Ações Básicas de Saúde (FABS) enviadas para a Coordenação Nacional.

Ao término da primeira reunião, a irmã surpreendeu-me ao propor para as líderes que me acolhessem oportunizando meu acompanhamento e participação no processo de pesagem. Inicialmente, houve a ausência de iniciativa por parte das líderes e novamente voltei a sentir o abatimento devido as adversidades e frustrações no exercício de campo. Entretanto, não seria conveniente desistir na primeira investida, era necessário obstinação frente as circunstâncias existentes.

Seguiram-se algumas reuniões e a cada encontro me sentia pouco mais integrada ao grupo, sempre eram possibilitadas aberturas para diálogo, certamente era um indicador de que com tranquilidade conseguiria participar em alguma ocasião da pesagem realizada pelas líderes. Assim, na última reunião de julho, fui convidada por uma das líderes a participar da realização da pesagem, o processo ocorreria no sábado em sua residência e seria uma oportunidade real de aproximação com as famílias.

No sábado indicado pela líder, me dirigi até o local combinado onde a líder me aguardava para irmos até sua casa. Naquele dia, pude estar em contato com algumas das cinquenta famílias daquela área que contavam com o auxílio da pastoral. Realmente era muito compensador, mesmo não realizando entrevistas, estar observando os agentes do campo em ação, sem preocupar-se com o sentimento de intromissão ou constrangimento, proporcionava um alívio e a certeza de que a pesquisa começava a obter resultados positivos. Deste momento em diante, não era mais considerada uma estranha sendo percebida não como pesquisadora e sim como parte daquele grupo. Agora na percepção do grupo em geral, estaria ali para apreender o funcionamento da Pastoral me incorporando as ações realizadas.

Após a pesagem a líder manifestou interesse em me auxiliar na pesquisa, de forma que consultaria as famílias sobre a possibilidade de contribuição no desenvolvimento da pesquisa. Assim, aos que aceitassem, agendaríamos dias para realização da entrevista, além disso, a líder se colocou a disposição de acompanhar-me em cada residência daqueles que constituiriam a unidade de entrevistados. Desta forma, entre os meses de Agosto a Outubro foram realizadas entrevistas com as famílias que se disponibilizaram. As informações coletadas foram convertidas em dados que serão expostos no capítulo a seguir.

3.6 DESDOBRAMENTOS DO CAMPO

O empenho focalizado nas ações da pastoral foi de extrema valia, considerando que caracterizou-se em um método mais tênue de inserção ao campo. O caráter social do trabalho desenvolvido pelas líderes, pode ter contribuído para a construção de tipos de relações estabelecidas durante a pesquisa. Tais relações representaram em alguns momentos, um tipo de troca de conhecimento, experiências e ajuda mútua, uma vez que, outras ações paralelas a pesquisa foram por mim processadas. Talvez seja comum que os papéis se misturem durante o trabalho de campo, sobretudo, quando há a presença de um envolvimento intenso com o objeto de estudo.

William Foote Whyte (1914-2001) na obra “Sociedade de Esquina”, expõe aspectos no que diz respeito ao seu processo de desenvolvimento de estudo, que são importantes para analisar e estabelecer conexões com minha experiência no campo. No começo do trabalho, não me sentia uma observadora participante e, havia uma necessidade gigantesca de me estabelecer enquanto tal. Os primeiros movimentos de mapeamento e reconhecimento foram travancados por uma série de desconfortos, assim não percebia como aquele exercício poderia ser válido de alguma maneira e, ainda como que a rotina de atividade dos agentes formariam dados básicos para a pesquisa. O diário de campo foi fundamental neste processo de conversão pessoal, na medida em que com o amadurecimento das práticas e técnicas de campo, servira para lembrar das impressões registradas anteriormente e que em um primeiro momento não pareciam relevantes.

Da mesma forma que Whyte, em Cornerville, no desenrolar do estudo com a aceitação da comunidade frente a minha presença no campo, houve uma mudança de percepções. Tal mudança apontava mais intensamente para o surgimento de uma postura de participante ativa do que propriamente para a identificação de uma observadora. “Encontrava-me imerso na vida local, mas ainda não conseguia que as coisas adquirissem sentido para mim. Tinha a impressão de que fazia algo importante, mas faltava explicar a mim mesmo do que se tratava.”(p. 318).

O estabelecimento de um padrão de análise para a pesquisa foi uma construção árdua. Foram necessárias diversas leituras no intuito de apreender sobre a prática de campo. O que não invalida a importância da influência exercida pelas

forças do campo, no que se refere a minha construção e reconhecimento como pesquisadora.

Assim como Whyte, analisar a estrutura social através da observação dos agentes em ação, embora tenha sido importante posteriormente para perceber a complexidade de particularidades surgidas com o trabalho, não resultou em significativos avanços. Com o prosseguimento das estratégias de acesso aos moradores, houve o investimento em espaços institucionais públicos abertos para a comunidade. Estes espaços foram importantes em um curto e longo período de tempo e espaço, inclusive para a descoberta de uma informante privilegiada a quem associo a Doc¹⁴. No que se refere ao curto período de tempo, destaca-se a figura da UBS e das agentes de saúde, enquanto o longo período é representado pela minha permanência na pastoral e no envolvimento com suas atividades.

Whyte descobriu Doc através do centro comunitário no contato estabelecido com os assistentes sociais que indicaram-no como uma pessoa ativa que havia atuado no centro. Do mesmo modo, a informante que me fora indicada também exercia um papel ativo dentro da pastoral o que lhe conferia uma posição de destaque frente aos moradores. Como Whyte em Cornerville ao conhecer a líder percebi minha grande chance de progresso.

Através da leitura de “Sociedade de Esquina” concomitante ao processo de construção e aplicabilidade da pesquisa, pude assegurar uma tranquilidade para o desenvolvimento do trabalho de campo, compreendendo suas particularidades incontroláveis. Isto é, não se pode prever que o planejamento de um estudo de tamanha complexidade ocorra de modo concreto e rigorosamente conforme idealizações. Tendo em vista ainda que é preciso considerar que mesmo os fracassos e frustrações constituem um importante papel na edificação do processo como um todo.

Deste modo, é importante ter consciência que não foi possível abranger o campo como um todo. Contudo, acredito que foram construídas evidências empíricas dos processos de disputas verificadas no Progresso, conforme verificado na análise de dados descrita a seguir.

14 Informante privilegiado de William Foote Whyte durante a pesquisa em Cornerville.

IV – ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo serão apresentadas e interpretadas as informações coletadas durante o trabalho de campo. Conforme mencionado no capítulo anterior, a primeira etapa de coleta de dados ocorreu a partir do trabalho de acompanhamento das agentes de saúde do bairro Progresso, durante as visitas domiciliares. Na segunda fase, o recolhimento dos dados foi realizado por meio da integração com as ações da Pastoral da Criança. As entrevistas foram realizadas nos locais de convívio dos moradores, na maioria dos casos, nas casas através do agendamento prévio. Deste modo, nas visitas as residências, eram programados dias para a realização das entrevistas, de acordo com a disponibilidade dos moradores.

As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas apenas com questões abertas, sendo estas trabalhadas a partir de direcionamentos, isto é, dimensões de questionamentos elaboradas para os entrevistados. Assim como Whyte (1943) durante a pesquisa em Cornerville, a construção e desfrute do diário de campo foi importante para o registro de percepções e dados obtidos via conversas informais. Essas informações se caracterizaram posteriormente como componentes importantes na burilagem das evidências de campo. Assim, durante a pesquisa, um conjunto significativo de dados foram obtidos através das conversas informais com os moradores, tanto no que se refere ao acompanhamento das agentes de saúde e das líderes da pastoral, como também, nos espaços de sociabilidade locais como ruas, posto de saúde, CEU, reuniões da Pastoral e outros ambientes percorridos durante o período da pesquisa.

Os dados divulgados pela pesquisa chamam a atenção para alguns fatores centrais, como a quantidade de expressões *êmicas*¹⁵ que revelam uma diferença social fundamentada em evidências locais. Expressões como: “aqui em cima”, “lá em baixo”, “baixada”, “baixadão”, “pessoal do cachorro sentado”, “os do Cemapa”, “os do PROMORAR” “os de fora”, “os bons e os ruins”, “essa gente”, “esse povo”, não eram inicialmente compreendidas, mas foram gradualmente incorporadas a um pensamento compreensivista de que tais termos estão relacionados a forma de organização de acordo com as normas socialmente estabelecidas na comunidade Progresso. Neste sentido, conforme apontam Elias e Scotson (2000) na pesquisa

15 De acordo com Lindório (2008), o termo *êmico* significa interno, sugere a procura pela verdade como ela é entendida pelo agente promotor do fato, ou experimentador. Isto é, as pessoas que vivenciam aquela cultura.

em Winston Parva, também eram identificados conceitos atribuídos aos grupos, e estes só eram compreendidos no contexto de vivência local. Desta forma, cada expressão é o registro linguístico do processo interno de produção e reprodução de estratégias de hierarquização do espaço social dos moradores como será melhor explorado a seguir.

Outro ponto a ser destacado são os discursos elaborados como negação do problema do Progresso demonstrado pelas condições de ser uma área de localização periférica e que podem ser caracterizadas, de acordo com as contribuições de Harvey (2005), como zonas de baixo interesse do capital, o que contribui para a construção da imagem externa produzida na cidade. Nos momentos não formais, ou seja, quando eram estabelecidas conversas sobre situações ordinárias da vida, nas quais aparecia a troca de experiências, surgiam as *disputas simbólicas* do processo de diferenciação como forma estratégica de fuga e renúncia a esta *visão oficial*¹⁶.

No decorrer do capítulo serão verificadas as disputas que se moldam internamente por meio dos discursos construídos. Tais disputas frente a alusão da imagem de desprestígio do local, produzida pelo discurso externo, adotam como estratégias de distanciamento a utilização de variadas categorias de hierarquização e diferenciação interna. Na condição de moradores de uma área de baixo prestígio social a única forma de conseguir se afastar do discurso externo é produzir internamente discursos de disjunção do mundo social por meio de estratégias vivenciais.

Deste modo, procuramos fragmentar os aspectos e níveis de negociação e disputas que ocorrem dentro do Progresso para investigação do processo. Assim será possível compreender como e quem são os moradores que dispõem desta condição de produzir e reproduzir novas hierarquias. Para tanto é preciso atentar para certos indicadores de prestígio que são tecidos localmente e negociados no processo de diferenciação interna.

16 Conceito da teoria bourdieusiana que se refere a uma visão de mundo social imposta aos agentes por aqueles que estão em posição de destaque no campo.

4.1 A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS: O ESTABELECIMENTO DE FRONTEIRAS PLÁSTICAS E A DISPUTA PELA DESIGNAÇÃO “PROGRESSO”.

O primeiro processo de disputa discursiva detectada, se refere a designação “Progresso”. Durante o trabalho de investigação foi evidenciado que o modo pelo qual a localidade é demarcada pelos moradores revela a produção social de delimitações entre diferentes áreas do bairro que utilizam de várias expressões locais como fator de hierarquização social

Com base nas considerações descritas por Bourdieu (2004), de que as práticas sociais efetuam representações mentais e que estas por sua vez, se manifestam por um conjunto de percepções, conhecimentos e reconhecimentos, percebe-se que o emprego de cada expressão linguística auxilia no processo de construção do espaço social de vida dos moradores de modo que os limites entre cada área não é sinônimo de delimitações geográficas, mas da edificação de fronteiras internas que são moldadas conforme o agente que faz uso da palavra.

De acordo com o autor trata-se da presença de fronteiras plásticas que são construídas, negociadas e renegociadas segundo os interesse envolvidos pelos agentes durante o processo de vida social. Os moradores do Bairro Progresso se associam ao reconhecimento do baixo prestígio social que morar na localidade significa. Por conta disso, o exercício permanente foi saber quem estava manifestando o discurso de diferenciação e contra quem estava sendo proferido.

Neste sentido, através das disputas internas os moradores estabelecem uma certa rivalidade no interesse de instaurar novas hierarquias, produzindo novas disjunções ao frisar linguisticamente a existência de novas fronteiras no bairro. Tal como descrito na pesquisa em Winston Parva de Elias e Scotson (2000), em que verificavam-se conflitos entre os *estabelecidos* e os *outsiders*, no Progresso se constroem disputas no intuito de estabelecer uma hierarquia na qual os moradores se percebem uns com posições superiores a outros.

Ao encontro das convicções de Harvey (2006) de que o espaço sendo apropriado pelo capital e mercantilizado, é constituído de lugares mais valorizados e outros de menor interesse do capital, a antropóloga Cynthia Andersen Sarti (1996), apresenta a estruturação do espaço físico como um mecanismo de reprodução das hierarquias sociais, evidenciando que o modo como o espaço é apropriado corresponde a condição social daqueles que o habitam. Sendo assim, de acordo

com a autora, na periferia se localizam “não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres” (p.104), esta nomeação assevera a fragmentação do espaço urbano retratado como cidade.

A noção de espaço em Bourdieu (2004) é entendida como uma representação do mundo social composta por variadas dimensões. Tais dimensões são organizadas de forma a produzir um processo de diferenciação dos agentes por meio da distribuição de atributos que lhes conferem força ou poder. Estes capitais definem as posições dos agentes no espaço através das disputas simbólicas.

Ao recuperar os fundamentos da teoria bourdieusiana, percebemos que a periferia se caracteriza como uma dimensão do espaço entendido como mundo social e, permeada pelas disputas simbólicas. Estas disputas estabelecidas pelo poder visam a diferenciação do agente no espaço periférico, na intenção de alcançar uma posição interna superior. Esta produção e reprodução de hierarquias internas na periferia demonstram que o espaço capitalista é permeado também pelas relações simbólicas e não somente econômicas.

A imagem projetada sobre os moradores da periferia de acordo com Sarti (1996) se associa a sentenças como: ausência de riqueza, poder e prestígio material. Assim, a lógica encontrada na prática de diferenciação nestes locais não está associada ao fator econômico e sim ao reconhecimento e aprovação de um código constituído por relações de obrigações morais.

Elias e Scotson (2000) descreveram Winston Parva como uma comunidade composta por grupos unidos e separados por laços tensos e desiguais de interdependência, isto porque as relações ponderam aspectos como superioridade tanto social quanto moral, autopercepção, reconhecimento, pertencimento e exclusão.

A antropóloga Eunice Ribeiro Durham (2004) retoma no livro “A dinâmica da Cultura” os conceitos de Hans Freyer, que apresenta a comunidade como uma estrutura social que caracteriza uma totalidade inserida dentro de uma sociedade complexa. Assim, as comunidades seriam grupos que constituem estruturas parciais dentro de um todo caracterizado como sociedade. Nas comunidades existe uma convivência gerida por normas e por um estilo de vida que é igual e comum a todos. Dentro desta lógica, a cultura também é incorporada por todos, no entanto, existe na comunidade uma individualização denominada *autoridade*.

Possuir autoridade é representar, de modo mais pleno, um conteúdo que também se encontra nos demais. Assim, o mesmo conteúdo espiritual varia com a diversidade dos indivíduos, e é vivido ora masculinamente, ora femininamente; de modo juvenil ou maduro; com generosidade ou egoísmo; com maestria ou incompetência. É na articulação das competências individuais que a comunidade se converte numa estrutura sólida de sentimentos recíprocos. (p. 223)

As contribuições destacadas apontam que, mesmo em uma comunidade com características homogêneas, existem conflitos internos que derivam das relações de *poder simbólico* estabelecidas dentro deste espaço. Conforme Sarti (1996), para a comunidade periférica, o sentido da definição pobre, sobrepõem fundamentos políticos e econômicos relativos as noções de carência de riqueza material e poder. Desta forma, ser pobre significa também possuir virtudes morais, o que expressa uma riqueza moral, da qual os ricos carecem. Esta lógica que a autora expõem é verificada no Progresso e ratificada através dos discursos:

Eu não sairia do bairro, se tu cair aqui vão te ajuntar experimenta cair lá no centro. Eu até tenho um terreno lá nas Três Vendas [bairro da cidade de Erechim] é grande mas eu não sairia daqui, lá tem uns pé de fruta plantado mas eu nunca comi nenhuma, sabe por que? Porque lá roubam tudo. (E1 morador a 32 anos)

O bairro é tudo de bom, as amizades todo mundo se ajuda, é a melhor coisa viver em uma comunidade que te ajudam. (E2 moradora a 30 anos)

Eu gosto de morar aqui no bairro, não me queixo, todo mundo se conhece e se ajuda eu teria medo de me mudar daqui e ir morar em outro lugar, no centro. (E3 moradora a 33 anos).

As passagens das entrevistas sustentam a ideia dos moradores de que os “ricos” geralmente situados no centro da cidade se diferenciam em suas práticas morais, de maneira a não compartilhar deste código de obrigações recíprocas. Tais redes de relações recíprocas são manifestadas nas falas por meio da convivência com a vizinhança.

Segundo Sarti (1996), é preciso esclarecer que a ruptura com este código não está interligada ao impedimento de realizar projetos de melhoria de vida buscando prosperar materialmente. O rompimento é definido pelo movimento de ascensão social que implica na mudança do local de moradia, simbolizando uma deslealdade com os seus iguais.

Tem aqueles que saem do bairro e depois ficam falando mal, fazem a fama ruim do bairro só porque se mudaram, mas enquanto tavam aqui o bairro servia. [sic]. (E4 moradora a 30 anos)

Tem também alguns, meia dúzia de caco que estragam o bairro né. Muitas vezes também, os que não moram mais aqui ajudam a estragar. Ali atrás do Caic os cara desmancham os carros que roubam lá no centro e tem um monte que nem mora mais aqui. (E5 moradora a 29 anos)

Algumas percepções construídas durante o trabalho de campo atentam que o sentimento dos moradores com relação ao comportamento desleal de pessoas que mudaram para outros locais está associado a uma ideia depreciativa. Assim, surgiam histórias sobre casos de pessoas influentes da comunidade que ao mudar-se “davam-lhes as costas”. Esta confirmação é análoga aos registros de Whyte em Conerville quando retratava que a organização para estabelecer conexões externas com estruturas sociais fora da localidade está condicionada a duas ações, assim, quando existe mobilidade social externa não se pode ter reconhecimento interno, em contra partida se ocorre o desfrute do reconhecimento local, não se pode conquistar ganhos através da mobilidade externa.

No processo de diferenciação são verificados dois movimentos distintos, o primeiro é a aproximação de um grupo que servirá sempre como referência. O segundo é o distanciamento da imagem negativa em prol de uma autodefinição positiva. Para tal distanciamento os moradores do Progresso demarcam fronteiras simbólicas, a partir de suas escolhas seletivas de acordo com o que está em disputa no jogo. Trata-se de um processo de negociação, no qual a percepção do que é “Progresso” não se limita a termos político e administrativos da extensão territorial, mas a condições situacionais que permitem uma plasticidade na delimitação de fronteiras por meio do discurso, uma vez que, em alguns momentos torna-se conveniente se vincular a localidade se afirmando como morador ao passo que em outros é preciso negar qualquer conexão existente.

Inicialmente minha noção efetiva da demarcação do Progresso não correspondia aos usos terminológicos dos moradores, isto porque o ingresso no campo exigia a desnaturalização de algumas noções previamente estabelecidas. Em outras palavras, a princípio tinha por base a delimitação institucionalizada politicamente pois, como pesquisadora sentia a necessidade de afastamento da

imagem externa que compreendia aquela região ao sul da cidade como sendo “o” Progresso. Neste sentido, considerava os termos administrativos de delimitação mais adequados pois, não compreendia que a lógica interna possuía um dinamismo autônomo reverso a concepção externa e as formalidades administrativas.

Tal atitude apontava a inexperiência com a prática de pesquisa o que repercutia na ausência da apropriação do método para articular teoria e prática no exercício de interpretação da vivência local. É importante perceber a existência de um duplo movimento caracterizado pela apropriação conceitual e dos métodos etnográficos nos desdobramentos da pesquisa, concomitante ao meu processo de construção como pesquisadora.

Neste contexto, os aspectos de organização interna foram sendo esclarecidos com o decorrer da pesquisa a partir do amadurecimento das práticas de campo, facilitando o entendimento de como e por qual motivo os discursos se alteravam no desenvolver do processo de entrevista. Desta forma, por meio da interação com o campo, os códigos linguísticos utilizados entre os moradores foram apresentando sentido.

No campo de disputas simbólicas ocorriam conflitos nos quais a sentença pertencer ou não pertencer a comunidade Progresso era negociada. Quando os aspectos simbólicos que estavam em jogo se apresentavam como positivos não haviam objeções quanto ao local de moradia.

O bairro é bom temos as ruas asfaltadas, tem a UBS e as agentes de saúde que vem em casa a localização é boa pertinho do centro. (E6 moradora a 48 anos)

O bairro é bom mudou bastante tem ruas asfaltadas, a UBS tem médico coisa que em outros posto de saúde reclamam, além das três escolas. (E7, moradora a 20 anos)

Eu gosto de morar aqui, tem colégio perto apesar de que meus filhos já concluíram, mas é bom, tem posto de saúde também. (E8 moradora a 6 anos)

O bairro mudou bastante, temos tudo hoje, tem outros lugar que não conseguem nem com orçamento participativo tudo que tem aqui. O problema é que têm um povo acomodado que não cuida do que têm. Meu Deus se tu visse como era antigamente isso aqui, pra entrar era só a pé tinha só uma pinguela, hoje tem de tudo tem ruas, os urbanos de hora em hora, posto de saúde, mudou mesmo e pra melhor. (E5, moradora a 29 anos)

O bairro tá bom, nossa, mudou tudo, a estrutura pelo menos né, antigamente não tinha ponto de ônibus, nem transporte tinha. Estradas nem sabíamos o que era, tinha uma pinguela de madeira e um carreiro, só tinha dois lugar pra entra e sai. Hoje a gente têm tudo. Têm médico até as sete horas da noite, dentista particular, têm caixa eletrônico, mercado, loja de roupa, pequenas não como as do centro, mas têm. (E3 moradora a 33 anos)

Verifica-se que os elementos estruturais de uso coletivo que o bairro possui atualmente é um ponto positivo forte entre os moradores, mas na medida em que a temática se alterava e as situações problemas da comunidade eram realçadas, percebia-se um movimento de construção de argumentos que resultavam na adaptação do discurso de modo que era possível alegar o não pertencimento, moldando fronteiras. Nos casos apresentados abaixo, verifica-se tal plasticidade, esta por sua vez, é estabelecida em momentos específicos das entrevistas, nos quais, a imagem de desprestígio era mencionada. Em algumas das conversas verificam-se as contradições na determinação do espaço, evidenciando a lógica racional do processo interno de diferenciação.

Na verdade eu moro no Cristo Rei, as vezes a gente fala Progresso porque pros de fora é tudo Progresso mesmo. É que nem quando matam um pra aqueles lados é tudo Progresso. [sic]. (E9, moradora a mais de 20 anos)

Aqui em cima não é Progresso, aqui é São José/ Cemapa mas todo mundo acha que é. Sabe qual é o problema, antes esta gente se concentrava lá pra baixada e nos Pró-morar no começo, agora ta tudo meio espalhado. (E6, moradora a 48 anos)

Tem muitos pais daqui de cima do meu bairro que gostariam de participar do PIM, mas por causa de renda e outros fatores não são aptos a receber, daí tem mãe que recebe lá de baixo e poderiam participar, mas preferem ir nas vizinha tomar chimarrão. (E7, moradora a 20 anos)

Todo mundo fala do bairro, mas eu na verdade nem sei o que é Progresso o que não é. Tem um amigo meu que mora lá em cima e diz que não mora no Progresso, mora no final da Avenida Sete. (E8, moradora a 6 anos)

As pessoas acham que todo mundo que mora aqui é igual. Até quando as vezes tu vai no banco e ta lá esperando começam a conversar contigo e daí perguntam onde tu mora, daí você diz no bairro Cristo Rei/ Progresso, tu já nota que a conversa muda se duvidar até dão um jeito de sair de perto de você. (E5, moradora a 29 anos)

Ao analisar os discursos, é perceptível que as fronteiras são a todo o tempo negociadas, mas sendo este um dos tantos outros mecanismos de diferenciação interna, ao considerar a possibilidade que este não seja eficiente no campo das disputas simbólicas os moradores tendem a acionar outros mecanismos que compensem a possível inoperância da tentativa inicial de distinção e hierarquização.

Na intenção de adquirir uma posição de prestígio, os moradores buscam se distinguir e se afastar da imagem projetada, por meio de uma cisão do lugar que origina uma ambiguidade do bom e mau Progresso. A ideia de fragmentação do lugar, esta contida em algumas passagens das entrevistas quando os moradores evidenciam esta diferenciação por meio das inclinações contrárias a visão externa, é o caso identificado na entrevista E5: “as pessoas acham que todo mundo que mora aqui é igual”. Deste modo, será analisado a seguir outra categoria de disputa discursiva do processo de diferenciação na qual identifica-se a presença de relações de poder que envolvem grupos com características distintas na localidade.

4.2 ESTABELECIDOS X OUTSIDERS NA CONFIGURAÇÃO DO BOM E MAU PROGRESSO

Elias e Scotson (2000), identificam as diferenças e desigualdades como fatores existentes nas relações de poder, sendo comum que nessas relações existam grupos em oposição. Deste antagonismo surgem de um lado aqueles denominados *estabelecidos* ou dominantes e de outro os *outsiders* ou dominados.

Dentro do Progresso se observa a presença destes grupos, contudo, a construção de oposição entre *estabelecidos* e *outsiders* na comunidade de Winston Parva se vinculava a uma concepção de diferenciação geográfica, ao passo que no Progresso esta produção decorre de um caráter moral. Porém, não se pode desconsiderar que existam evidências geográficas que tornam os moradores do Cemapa possuidores de características similares a composição dos estabelecidos de Winston Parva.

Desta forma, é possível perceber que “lá em cima”, existe uma homogeneidade, quanto ao padrão construtivo das moradias e as ocupações possuem um caráter regular. Além disso verifica-se um planejamento racional, no qual a estrutura das ruas é construída através da intervenção do poder público,

estando de acordo com a lógica de vias com arruamento (calçamento e asfalto), além de maior integração e aproximação com o restante da cidade.



**Figura 06: Imagem parcial Cemapa/ Progresso.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 2016.**



**Figura 07: Imagem parcial Cemapa/ Progresso.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 2016.**

Neste local, é verificado uma maior concentração de moradores antigos. Outro fator é a localização mais próxima ao centro que lhes conferem posições de

prestígio e poder. As posições assumidas pelos moradores do Cemapa são reconhecidas pelos demais, sendo construídas através da narrativa, *autoridade* e influência.

Os lá de cima do Cemapa, tem preconceito de dizer que moram no bairro, mas pra quem tá de fora isso aqui é tudo Progresso, mas eles não eles são diferentes. (E2 moradora a 30 anos)

A entrevista acima sugere que a *autoridade* é aceita pelos “lá de baixo” que buscam se articular as competências individuais dos “de lá de cima do Cemapa” procurando estabelecer uma correspondência com a imagem que eles impõem e que é reconhecida pelos demais.

Os “lá de baixo”, por sua vez, correspondem a uma parcela de moradores com características heterogêneas. Estes se localizam em uma área mais interna da localidade e conseqüentemente mais distante do centro. Neste local a ocupação possui caráter mais espontâneo, o modelo construtivo das casas é desigual e o tempo de permanência nas moradias sofre variações, sendo ao longo dos anos as ocupações mais esparsas. Assim, semelhante ao grupo de Winston Parva, seus laços sociais tornam-se fracos por serem um grupo indefinido e diversificado.



**Figura 08: Imagem parcial bairro Progresso.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 2016.**



**Figura 09: Imagem parcial bairro Progresso.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 2016.**



**Figura 10: Imagem parcial bairro Progresso.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 2016.**

Na disputa pelo poder de diferenciação e hierarquização do espaço, os fortes impõem suas vontades através da *violência simbólica*. Assim, usam como uma das estratégias a demarcação de *fronteiras simbólicas*, estas apresentam certa rigidez

adquirida por meio do estabelecimento de marcos simbólicos e pela produção e reprodução discursiva de sua localização e da posição dos agentes neste espaço social chamado Progresso.

No caso do Cemapa, existe uma referência divisória que os separa do Progresso, trata-se da lombada sinalizada na figura abaixo. Este marco simbólico de demarcação é reconhecido pelos moradores e ressignificado nas expressões êmicas: “os lá de cima” e “os lá de baixo”, tendo em vista que a lombada está localizada em um ponto de declive. Neste sentido, os discursos produzidos indicam que para os moradores a região “acima” da lombada constitui o Cemapa, e na área “abaixo” está localizado o Progresso.



**Figura 11: Imagem Parcial do Bairro Progresso/ Cemapa.
Fotografia: Rubia S. da Silva, 20016.**

Em contra partida, os mais fracos tornam suas fronteiras plásticas para que sejam negociadas conforme interesses, viabilizando o ajuste espacial e também das posições ocupadas no mundo social. Estes, produzem ainda outras disputas discursivas com relação a moral que de igual modo se caracterizam como estratégias de diferenciação no intuito de adquirir o prestígio do qual necessitam.

Nesse sentido, é preciso entender que os estabelecidos se encontram no Cemapa, mas de igual modo, em outras regiões da comunidade onde as disputas

pelo estabelecimento utilizam como argumento a plasticidade discursiva. Tanto no caso dos moradores do Cemapa, quanto nas demais áreas (PROMORAR, Cristo Rei ou baixada) as fronteiras são construídas a partir do argumento do prestígio social vinculado ao discurso do agente. Isto significa que o reconhecimento como *estabelecido* independe da localização de sua moradia pois esta, é apenas uma das categorias de diferenciação. Sendo o discurso produzido pelos moradores vinculado a moral, possuir ou não virtudes morais é mais uma maneira de distinguir-se como fica exposto nas passagens a seguir.

Antigamente eu conhecia todos os meus vizinhos, mas eles foram morrendo e os filhos foram alugando as casas e com os preços baixos dos aluguéis começou a vir todo o tipo de gente pra cá. Depois a violência começou também com a vinda daquela gente do cachorro sentado que colocaram ali nos PROMORAR, tinha muito conflito entre uns daqui e uns de lá, quando misturaram tudo começou a confusão. (E6 moradora 48 anos)

A gente sabe que tem uns que estragam o bairro, mas eles se matam entre eles mesmo. (E1 morador a 32 anos)

Violência e crimes têm, mas o jeito é não se envolver. (E10 moradora a 40 anos)

Criminalidade têm, o meu vizinho foi preso porque dizem que tinha coisa aí, mas não sei se é verdade, é o que dizem. Dá uma olhada na casinha dele, eu prefiro ter a minha assim simplesinha do que tá na cadeia.[sic] (E11 moradora a 30 anos)

Não acho que o motivo da violência e fama do bairro foi o pessoal do cachorro sentado, eu mesmo vim de lá e quando cheguei aqui já tinha uma genterada pior que lá. [sic]. (E3 moradora a 33 anos)

A violência não existia antes, nós éramos unidos, depois começou vim essa gente de fora e daí virou nisso. (E12 morador a 70 anos)

Identifica-se através das falas que o estabelecido é aquele que tem força simbólica e, utilizando-se do discurso plástico e moral consegue obter ganhos no jogo de disputa distinguindo-se dos *outsiders* vistos como a má sociedade que constrói e carrega em sua existência, o *estigma* transfigurado e ampliado na imagem de baixo prestígio do local frente a *visão oficial* externa na cidade. No entendimento dos moradores do Progresso os *outsiders* são “os de fora” identificados pelos “lá de

cima” ou moradores do Cemapa, como a população realocada do “Cachorro sentado” e também, moradores “temporários”. Os “lá de baixo”, atribuem os aspetos negativos a “uma meia dúzia” desprovida de virtudes morais e que não fazem parte do círculo de relações recíprocas da comunidade.

Para Elias e Scotson (2000), as posições de prestígio e poder são reservadas aos grupos mais integrados e coesos. De acordo com os autores a desigualdade está contida na presença ou ausência destes elementos chaves que poderiam gerar um equilíbrio nas relações. Neste sentido, apontam que é comum que os *estabelecidos* precisem dos *outsiders*, mas esta desigualdade não se torna amena, apenas se diminui o distanciamento e intensifica o vínculo de alguma forma.

No Progresso isso pode ser ilustrado no trabalho das agentes de saúde, por exemplo, que estão em constante circulação entre os diferentes lugares, ao estabelecer este vínculo não significa que se associe a estes grupos aproximando-os de si e tornando-os mais iguais, mas diminui as distâncias simbólicas estabelecendo contato maior por uma questão profissional e não necessariamente por livre iniciativa.

Na disputa traçada nas relações de poder, Elias e Scotson (2000) ressaltam que existem sempre dois movimentos, enquanto um grupo luta por uma posição melhor visando livrar-se do *estigma*, outro luta para continuar com a sua posição de prestígio já conquistada.

A cisão existente no Progresso é visível e aponta para uma percepção de que para um grupo, o jogo já está ganho. Este se refere ao estabelecimento dos moradores do Cemapa. Entretanto, na constante disputa pelo poder de diferenciar-se que concede uma posição de prestígio ao agente é necessário que os que estão em desvantagem ou aqueles com *status inferior*, estejam sempre negociando as categorias de diferenciação, como tentativa de obter ganhos. Neste sentido, resgatando as considerações de Sarti(1996) sobre a lógica de diferenciação nas comunidades periféricas, expressadas por relações de obrigações morais, o trabalho é identificado como mais um mecanismo estratégico de diferenciação inserido no processo de disputa simbólica como será trabalhado a seguir.

4.3 O TRABALHO COMO CATEGORIA SIMBÓLICA DE DISTINÇÃO

Como terceiro e último nível de disputa discursiva identificou-se o trabalho como um mecanismo de hierarquia interna de poder. De acordo com a antropóloga Claudia Fonseca (2000), em localidades com configurações semelhantes ao Progresso se percebe um esforço constante em distinguir-se através da própria imagem, negociando este prestígio pessoal como um “capital simbólico” de distinção.

Entre os capitais simbólicos que classificam os agentes estabelecendo suas posições dentro do campo, ressaltam-se alguns aspectos morais. Dentre estes, o trabalho no Progresso é identificado como uma categoria reconhecida que contribui para a localização dos moradores no mundo social. Nas falas a seguir são verificadas as disputas que visam a distinção por meio da utilização do capital simbólico “trabalho”.

Onde eu trabalho as pessoas me dizem: ‘Bah eu tinha que ir lá te visitar mas tenho medo de ir lá. O que têm que mudar é o preconceito, a mídia o jornal ajuda quando só mostram a criminalidade daqui e não dos outros lugares, têm que mostrar as coisas boas. [sic]. (E2 moradora a 30 anos)

Ah, eu sempre trabalhei enfrentando o preconceito. Eu sei que fica feio falar, mas tinha umas e outras que aprontavam no trabalho e criavam a fama. Era gente que não queria trabalhar e, estragava pros outros. [sic]. (E13 moradora a 30 anos)

As verdades que tem aqui, são as verdades que tem em qualquer bairro. Eu só tenho medo de sair a noite, mas isso é coisa minha mesmo, quando eu ia trabalhar saía as nove da noite e pedia pro meu marido ir na parada me buscar, mas como eu disse isso é mais uma coisa minha, nunca tive problemas aqui. (E14 moradora a 5 anos)

Pra mim o maior problema daqui são as pessoas acomodadas, eu quando posso ajudo bastante gente, mas se eu dou a farinha elas querem logo o pão pronto. Outro ponto é o capricho dessas pessoas, a gente até fez um multirão e incentivou a recolher o lixo acumulado na rua, até que ajudaram, mas a prefeitura não passou recolher e eles começaram a jogar o lixo pra trás das casas. Mas isso é uma minoria, aqui tem muitas pessoas que trabalham e são pessoas de bem. [sic]. (E15 moradora a 30 anos)

Sendo assim, conforme reitera Sarti (1996), “o trabalho é muito mais do que o instrumento de sobrevivência material”(p.66), ele se caracteriza como elemento

estratégico de diferenciação social entre os moradores cumprindo papel positivo dentro de uma concepção moral estabelecida pela ordem social local. Esta atribuição age de maneira a munir os moradores contra as desigualdades sociais construídas simbolicamente.

Ainda de acordo com a autora, o valor do trabalho não se atribui somente ao seu benefício econômico mas, notabilizando a questão moral, calcula os ganhos que se valem deste artifício. No entanto, quando os benefícios econômicos são associados ao prestígio moral, geram uma vantagem no jogo.

O que mudou desde que eu cheguei aqui, foi o modo de vida e foi pra melhor. As pessoas trabalham e conseguem mais fácil os bens materiais, todo mundo tem um carro bom na garagem. (E2 moradora a 30 anos)

No que se refere ao processo de diferenciação, verificou-se a divisão da categoria trabalho em subcategorias. Neste sentido entre os entrevistados existiam aqueles que possuíam o negócio próprio e portanto estavam em posições privilegiadas no campo, outros eram aposentados já incapacitados de trabalhar, mas se utilizavam de um resgate cronológico para afirmar suas competências. Além disso, haviam mulheres que buscavam no trabalho doméstico a sustentação das virtudes morais.

Os serviços prestados não conseguem avanço, ruim é o preconceito que ainda existe. Mas o lugar é tu que faz, minha família e amigos falavam: ' Vocês são loucos de ir morar lá.'. Mas eu não lembro de ter passado por nada de ruim aqui. Que têm um povo acomodado têm, mas a maioria trabalha. [sic] (E16 moradora a 7 anos)

Tem muita gente batalhadora aqui, nós trabalhamos muito pra ter nosso negócio próprio mas os vagabundo fazem a fama. [sic]. (E5, moradora a 29 anos)

Como dizem, os vagabundos fazem a fama, muita gente aqui que batalha consegue ter as coisas e melhora de vida, tem uma conhecida minha que tem um mercadinho ali, mas conseguiu com suor e trabalho tem gente que não gosta de trabalha e quer ter as coisas. [sic]. (E2, moradora a 30 anos)

No decorrer do processo investigativo foi possível perceber que possuir um negócio próprio rende ao morador que é proprietário uma posição elevada no campo

de disputa. Além do prestígio alcançado com a autonomia profissional como nos casos apresentados acima existem ainda, aqueles que não possuem negócio próprio e já não podem trabalhar. Deste modo, recorrem aos fatos históricos que comprovam as virtudes morais do trabalho.

Antigamente não tinha nada aqui, a gente começo a fazer umas reunião entre moradores e se organizamos não tinha água nem luz e fomos atrás. Conseguimos o material pra obra de doação naquela época prefeitura não ajudava muito, fizemos um multirão e começamos abrir valeta pra puxa água do Capra. Todos se ajudavam e trabalhavam pra melhorar o bairro. [sic]. (E12 morador a 70 anos)

No caso apresentado o entrevistado já aposentado, restitui a moral através das lembranças do passado. Ao retratar o trabalho duro realizado na construção do bairro o entrevistado pretende afirmar a posse de características moralmente construídas através de uma prática “que exige qualidades morais como coragem, força e disposição”(Sarti, 1996, p. 68).

Quando a questão de gênero, o trabalho no universo feminino não se apresenta como ponto positivo para a sua classificação, na maior parte dos casos analisados, as mulheres não trabalhavam, assim o núcleo familiar é apresentado como um elemento do código moral que possibilita uma forma de diferenciação. “A mulher tem uma identidade familiar que a sustenta moralmente quando ela está desempregada.” (Sarti, 1996, p.79)

Ano que vem eu vou voltar a trabalhar, meu marido não quer nem saber de ouvir falar por causa das crianças, ele não quer que eu coloque a minha menorzinha na creche porque falam que cuidam mal. (E4, moradora a 30 anos)

Parei de trabalhar fora por causa das crianças mas a gente trabalha bem mais em casa tem dias que eu não do conta sozinha mas pagar alguém pra ficar com eles não sai ainda mais caro dai tem que trabalha só pra isso. (E14, moradora a 5 anos)

Ao analisar as falas, é verificado o valor simbólico que o trabalho possui neste processo de disputas simbólicas produzidas pelos moradores no movimento de diferenciação e distanciamento da imagem negativa. O trabalho é um elemento fundamental no processo de diferenciação, a partir deste são instituídas as

diferenças a respeito da moralidade dos moradores. Assim, o fato de não trabalhar pode ferir a moral de um morador além de ser atribuído a estas características negativas. Essas sentenças causam constrangimento perante a população.

Sendo assim, afirmar mesmo que indiretamente que trabalha, significa sinalizar seu lugar no mundo social e que não é o mesmo onde se encontram os “acomodados” e aqueles ligados a “marginalidade”. Desta forma, existe um universo simbólico no qual a moralidade transforma o trabalho em um atributo que confere o reconhecimento da honra que possibilita ao agente mudar o jogo a seu favor negociando assim sua posição dentro das estruturas de disputas entre os moradores do bairro.

Conforme descreve Fonseca (2000), dentre os valores que formam o prestígio pessoal ou a honra e que sinalizam o comportamento que comanda as redes de relações sociais garantindo uma coesão dos grupos, destacam-se o orgulho pela maternidade, a dignidade que as mulheres mantêm em serem casadas em comparação às mães solteiras, por exemplo, além da modéstia pela qual as mulheres solteiras precisam guiar-se. De acordo com Fonseca (2000), a reputação é importante porque designa o bom cidadão e se esta for denegrida, “é como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente.”(p.43).

Valendo-se ainda das considerações da autora, a coesão evidenciada nestas comunidades periféricas, não se refere a uma concepção idealizada, ou seja, uma noção de simetria organizacional dos modos de comportamento e de convívio local, mas sim relações morais recíprocas. Para Fonseca (2000), isso explicaria a conduta de alguns moradores que não se envolveriam, por exemplo, com práticas ilegais, mas fariam silêncio ao presenciarem tal prática ocultando da polícia, informações sobre o culpado. Isso ocorreria porque, as implicações desta prisão afetaria a imagem de si mesmo, que já se encontra em constante disputa no processo de diferenciação por causa de circunstâncias como esta que ferem a moralidade de todos os moradores.

A teoria bourdieusiana compreende que cada expressão linguística conduz o pesquisador ao entendimento do processo de disjunção da realidade social. Isso ocorre a partir do momento em que a fala se converte em discurso que desloca os próximos fisicamente para distâncias socialmente estabelecidas e, simbolicamente vivenciadas.

Neste sentido, as diferenças de nomenclatura das localidades do Progresso são operadas por diferentes agentes com objetivos distintos, por exemplo, se olhar o mapa da cidade encontramos uma diferenciação política administrativa na qual o agente Estado tem o objetivo de delimitação geográfica, ao passo que as diferenças verificadas durante o trabalho de campo acompanhavam uma lógica das vivências dos moradores do bairro Progresso e da produção de hierarquias internas como mecanismo de produção de disjunções sociais.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão foi desenvolvido no intuito de apresentar como as contradições do espaço urbano influem diretamente na organização social interna de uma comunidade. Apresentando o espaço urbano como desigual em sua composição que evidencia a presença de áreas com características distintas (centro e periferia) decorrente do investimento diferenciado do capital, percebe-se como originam-se as hierarquias sociais que corroboram a construção da imagem dos sujeitos que nele estão inseridos.

Na configuração interna da cidade, as áreas periféricas devido a insuficiência de fatores estruturais, identificam-se como sendo lugares de baixo prestígio social em comparação as áreas centrais onde ocorre a dinâmica econômica da cidade e por isso, recebem maiores investimentos estruturais que acabam por valorizar este espaço caracterizando-se como lugar de moradia das camadas mais abastadas.

Assim, moradores de regiões periféricas encontram-se em condições de baixo prestígio, tendo em vista que o local de moradia influi na imagem do sujeito. Isto posto, a organização social destes locais identifica na negociação simbólica um mecanismo de construção social que se manifesta nas disputas estabelecidas no processo interno de diferenciação.

Nesta perspectiva, realizou-se um trabalho investigativo no intuito de comprovar a existência de disputas simbólicas estabelecidas dentro da localidade Progresso responsáveis pela produção das diferenças que reproduzem uma lógica de hierarquização classificatória. Realçando, repetidamente, que esta localidade e seus moradores possuem uma imagem de baixo prestígio na cidade e que por conta disso, a lógica do processo de diferenciação existente está na produção interna de disjunção do mundo social.

Assim, o objetivo central deste trabalho foi além da constatação do processo de diferenciação social, perceber quem eram os sujeitos que conseguiram estabelecer estas diferenças e como operavam.

Neste sentido, a identificação de situações que acentuam as diferenças tais como: as contradições discursivas na determinação da localidade, a disjunção do meio social por meio de categorias morais de diferenciação e ainda o uso de expressões locais que fazem parte de um código linguístico da localidade, enfatizam as evidências do campo.

Desta forma o trabalho investigativo apontou a presença de diferenças sociais no Progresso que denotam como a influência das formas dominantes e hegemônicas do sistema capitalista, desde a forma como se estrutura o espaço até a constituição de relações que se estabelecem da incorporação destas estruturas, influem na organização interna de uma comunidade. No Progresso é manifestada uma linguagem social estabelecida por meio de disputas simbólicas que negociam significados sociais locais produzindo e reproduzindo, assim, uma lógica hierárquica de origem capitalista, mas fundamentada em fatores de diferenciação simbólicos.

Sendo assim, o trabalho por meio do levantamento de dados, procurou desmistificar a noção de que o Progresso é harmonicamente organizado internamente. Deste modo, verificou-se que existe uma heterogeneidade na comunidade, que instaura internamente processos de diferenciação e hierarquização dos espaços e dos moradores nela inseridos. Tais processos internos apresentam uma variabilidade de elementos capazes de ponderar o entendimento de que estas localidades possuem uma forma de organização uniformizada que demonstram uma coesão interna por meio de práticas mutuamente compartilhadas.

Compreendendo que a pesquisa de campo exige tempo considerável de realização de modo que se possa abranger maior grau de elementos e que sejam estes suficientes para o desenvolver satisfatório do estudo, é importante ressaltar a impossibilidade de explorar todos os elementos apresentados pelo campo. Todavia supõem-se que foram tecidos empiricamente elementos identificados nos processos de disputas contidas no Progresso.

Considerando as potencialidades do trabalho espera-se realizar novas incursões de pesquisa que poderão aprimorar o estudo na localização de novos nuances das hierarquias produzidas.

REFERÊNCIAS

- AVER, I. K. *Erechim, processo e projeto: Relações estruturais entre traçado viário e desenvolvimento urbano*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. *A construção do corpus: Um princípio para a coleta de dados qualitativos*. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOTELHO, A. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, 2007.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CESE. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Berthier, 1979.
- CHIAPARINI, E. J., et al. *Erechim: Retratos do Passado, Memórias do presente*. Erechim, Rio Grande do Sul: Graffoluz, 2012.
- COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- DA MATTA, R. *O Ofício do Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues"*. In: NUNES, E. O.(Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro Zahar, 1978.
- DURHAM, E. *A Dinâmica da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ERECHIM. *Lei n 2749 de 30 de novembro de 1995*. Dá a denominação de Bairro Cristo Rei e Bairro Progresso a áreas do perímetro urbano do Município de Erechim. Erechim, RS, 2p. Nov.1995.
- FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.
- GIDDENS, A. *As cidades e os espaços urbanos*. In: Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *O que é Sociologia?* In: Sociologia. 4ª Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GILL, R. *Análise de Discurso*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOITIA, F. C. *Breve História do Urbanismo*. 7. Ed. Lisboa: Presença, 2008.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em Abril de 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2006.

LINDÓRIO, R. Os Padrões Ético, Êmico e Êmico-Teológico. 2008. Disponível em: <<http://www.instituto.antropos.com.br/>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

NETO, A. D. *O grande Erechim e sua História*. Porto Alegre: EST, 1981.

PERETTI, V. A. *Levantamento de desastres naturais no município de Erechim, no período de 1986 a 2011*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, UFSM, Santa Maria.

REMOR, R. C.; LOAT, C. Histórico do bairro Progresso. 1989. Pesquisa – Turma 6ª série, Dom Pedro II, Erechim.

SARTI, C. A. *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1996.

SCOLARI, R. M. D. *Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do município de Erechim (RS)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, UFRGS, Porto Alegre.

VALENÇA, M. M. . *Cidades ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento harveyano acerca da urbanização do capital*. In: José Borzacchiello da Silva. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

VELHO, G. *Observando o familiar*. In: NUNES, E. O.(Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro Zahar, 1978.

VELHO, G. *Reflexões sobre A Escola de Chicago*. In: VALLADARES, L. P. *A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

VÉRAS, M. P. B. *Trocando olhares: uma introdução sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

WHYTE, W. F. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ANEXOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Universidade Federal da Fronteira Sul

Campus Erechim

Para: Secretário de saúde Dr. Plínio Costa Júnior

Enfermeiro Coordenador Municipal da Estratégia Saúde da Família e Estratégia Agentes Comunitários de Saúde de Erechim/RS - Rene Antonio Pedroso

A acadêmica do curso de Ciências Sociais Rubia Samanta da Silva, está desenvolvendo pesquisa de monografia de conclusão de curso no Bairro Progresso sob minha orientação. Para se aproximar dos moradores da localidade, como parte do trabalho, é necessário acompanhar o trabalho realizado pelas agentes comunitárias de saúde que atuam na área. Assim, gostaria de contar com o vosso auxílio no sentido de autorizar a estudante a acompanhar as agentes em suas visitas domiciliares entre os meses de maio e junho de 2016.

Me coloco a disposição para maiores esclarecimentos através dos seguintes contatos: clovis_sm@yahoo.com.br e (54) 8117-4412

Erechim, 11 de abril de 2016.

Clovis Schmitt Souza

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Clovis', written over a horizontal line.